



教育暨青年局
Direcção dos Serviços de
Educação e Juventude

Consulta Pública sobre a Política de Juventude de Macau (2012-2020)

Relatório final

(O presente relatório encontra-se disponível em <http://www.dsej.gov.mo>)

Direcção dos Serviços de Educação e Juventude
Abril de 2013

Consulta Pública sobre a Política de Juventude de Macau (2012-2020)

Relatório final

Índice

Prefácio.....	4
1. Situação geral.....	5
1.1. Trabalhos preparativos	5
1.1.1. Recolha e análise de informações	5
1.1.2. Recolha de opiniões na fase de elaboração.....	5
1.1.3. Elaboração do documento de consulta.....	7
1.2. Consulta pública.....	7
1.2.1. Diversas acções de divulgação	7
1.2.2. Actividades de televisão e rádio	11
1.2.3. Actividades de consulta	11
1.3. Calendários das actividades	13
2. Síntese das opiniões recolhidas.....	15
2.1. Distribuição das opiniões.....	15
2.1.1. Estatística das fontes	15
2.1.2. Estatística dos métodos de recolha	16
2.1.3. Estatística dos pontos mais importantes para o público.....	17
2.1.4. Estatística das opiniões sobre as medidas fundamentais	18
2.1.5. Estatística por natureza das opiniões	19
2.2. Análise dos pontos essenciais	20
2.2.1. Elaboração da política.....	20
2.2.2. Definição de juventude	22
2.2.3. Perspectivas, direcções e objectivos	23
2.2.4. Mecanismo de implementação e revisão	25
2.2.5. Medidas fundamentais	27
3. Resposta global e orientações dos trabalhos posteriores.....	44
3.1. Elaboração da política	44
3.2. Definição de juventude	46
3.3. Perspectivas, direcção e objectivos	48
3.4. Mecanismo de implementação e revisão	50
3.5. Medidas fundamentais.....	52

3.5.1.	Investimento nos recursos.....	52
3.5.2.	Educação moral	53
3.5.3.	Competitividade.....	55
3.5.4.	Associativismo e trabalho voluntário	56
3.5.5.	Caminho de participação social	57
3.5.6.	Igualdade na integração social.....	57
3.5.7.	Vida saudável e verde.....	58
3.5.8.	Actividades extracurriculares diversificadas	59
3.5.9.	Serviços de aconselhamento de carreira	60
3.5.10.	Comportamentos desviantes e infracções	61

PREFÁCIO

Tendo em vista as necessidades individuais dos jovens e a criação de um ambiente social e humano de qualidade, o governo da RAEM considerou a revisão e planeamento global do Desenvolvimento Integral dos Jovens de Macau como um dos trabalhos prioritários das Linhas de Acção Governativa para o ano de 2012. A DSEJ concluiu o documento de consulta da “Política de Juventude de Macau (2012-2020)” (adiante designada por Política de Juventude) com o apoio e participação de todos os membros do Conselho da Juventude, desenvolvendo uma consulta pública com a duração de dois meses, entre 21 de Agosto a 21 de Outubro de 2012.

A consulta pública da “Política de Juventude” concluiu-se de forma bem-sucedida através dos esforços conjuntos dos diversos sectores da sociedade e dos jovens. De modo a que público possa entender mais plenamente a situação geral da consulta, a DSEJ, de acordo com as disposições das “Normas para a Consulta de Políticas Públicas”, concluiu a colectânea de opiniões recolhidas na consulta, a qual serviu de base para a elaboração do presente relatório. Através da elaboração deste relatório, ficou a conhecer-se inteiramente a visão dos jovens sobre as necessidades individuais e o seu entusiasmo na promoção do progresso da sociedade, auscultando as expectativas e preocupações dos diversos sectores sociais para a geração jovem.

De modo a articular com o objectivo das Linhas de Acção Governativa na “criação do mecanismo eficiente a longo prazo para o sistema educativo”, trabalharemos com celeridade na revisão da “Política de Juventude” para a sua implementação eficaz, executando ordenadamente os trabalhos do desenvolvimento integral dos jovens de Macau.

1. SITUAÇÃO GERAL

1.1. Trabalhos preparativos

A DSEJ iniciou no fim de 2010 os respectivos trabalhos de planeamento geral do Desenvolvimento Integral dos Jovens de Macau e elaborou a “Política de Juventude”, incluindo a recolha e análise de informações na fase de elaboração e as actividades de recolha de opiniões, servindo como base de referência para a elaboração da “Política de Juventude”.

1.1.1. Recolha e análise de informações

Na elaboração da “Política de Juventude”, recolheram-se e analisaram-se os dados da base de “Indicadores sobre a Juventude em Macau”, das investigações, dos relatórios de estudo e dos dados estatísticos, entre outras fontes, desenvolvidas pelos serviços públicos em anos recentes, bem como das políticas de juventude de mais de 20 países, regiões e organizações incluindo as Nações Unidas, União Europeia, Finlândia, Austrália, Brasil, Índia, Japão, Coreia do Sul, Singapura, Taiwan, Xangai e Pequim, revendo, simultaneamente, os trabalhos actuais dos assuntos juvenis, de modo a dominar o conhecimento da situação social e das necessidades de desenvolvimento dos jovens, de modo a assegurar um ponto de vista global no conteúdo da “Política de Juventude”.

1.1.2. Recolha de opiniões na fase de elaboração

Actividades de recolha de opiniões sobre o planeamento do desenvolvimento dos jovens

Em articulação com a elaboração da “Política de Juventude”, realizaram-se, em Dezembro de 2010 as “actividades de recolha de opiniões do planeamento do desenvolvimento dos jovens” durante um período de 3 meses, através da realização de sessões de recolha de opiniões, grupos de foco e fóruns de discussão *online*. Os destinatários da recolha de opiniões são os jovens, as instituições e individualidades relevantes. Participaram nestas actividades, um total de 47 instituições e recolheram-se cerca de 600 opiniões.

Através da recolha de opiniões aprofundaram-se, conjuntamente entre as instituições, individualidades e os jovens, as expectativas destes e das instituições relativamente ao desenvolvimento futuro dos jovens, a expectativa do ambiente social adequado ao desenvolvimento destes, e de que modo as instituições

cultivarão e promoverão nos jovens o seu desenvolvimento no futuro, permitindo-lhes a oportunidade de participar, plenamente, na discussão e aprofundamento dos assuntos com eles relacionados. Nas actividades, os agentes dedicados aos trabalhos juvenis, com as suas experiências práticas, facultaram também opiniões importantes, que servirão de referência para o planeamento do desenvolvimento dos jovens.



Actividades de recolha de opiniões sobre o planeamento do desenvolvimento dos jovens

Sessão para jovens



Actividades de recolha de opiniões sobre o planeamento do desenvolvimento dos jovens

Sessão para instituições

Sessão de recolha de opiniões dos especialistas

Para uma elaboração mais precisa da “Política de Juventude”, realizou-se em Dezembro de 2011 uma sessão de recolha de opiniões dos especialistas na fase de elaboração, tendo sido convidados especialistas de instituições do ensino superior, oriundos de diferentes departamentos, incluindo da Faculdade de Ciências da Educação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Faculdade de Gestão de Empresas e do departamento de Serviço Social da Escola Superior de Administração Pública, para uma discussão aprofundada sobre a elaboração da política, tendo sido recolhidas cerca de 100 opiniões profissionais.



Sessão de recolha de opiniões de especialistas

1.1.3. Elaboração do documento de consulta

Para elaborar de forma eficaz o documento de consulta, com o apoio dos assessores profissionais, desenvolveu-se, entre Março e Maio de 2012, uma série de conferências sobre o conteúdo deste, destinada, nomeadamente, aos respectivos departamentos da DSEJ, Conselho de Juventude e Conselho de Educação para o Ensino Não Superior, tendo sido recolhidas um total de mais de 200 opiniões. Essas opiniões foram integradas no documento de consulta, que ficou concluído em Maio.

1.2. Consulta pública

1.2.1. Diversas acções de divulgação

Para divulgar e dar a conhecer o conteúdo das políticas e informações da consulta aos diversos sectores sociais utilizaram-se formas diversificadas, através de vários meios e redes, promovendo assim a participação da sociedade na discussão e apresentação de opiniões e sugestões.

Sessão temática

Fórum da Juventude: realizou-se em 21 de Setembro de 2012 o “Fórum da Juventude 2012 - Políticas e Desenvolvimento Integral da Juventude nas Quatro Regiões dos Dois Lados do Estreito”, no qual os especialistas e estudiosos das quatro regiões dos dois lados do estreito partilharam as situações e experiências sobre os temas das políticas e desenvolvimento integral da juventude, partilharam novas ideias, visões e experiências para a elaboração da Política de Juventude e a realização dos trabalhos juvenis.



Cerimónia de inauguração do “Fórum da Juventude”, presidida pelo Ex.^{mo} Senhor Secretário Cheong U e convidados



Especialistas e estudiosos das quatro regiões dos dois lados do estreito participaram no “Fórum da Juventude”

Divulgação das notícias

Notícias: durante o período de consulta, forneceram-se informações das notícias às empresas jornalísticas respectivamente em 21 e 27 de Agosto, 4 e 17 de Setembro de 2012, e divulgaram-se em 30 de Agosto as informações sobre a consulta pública através da realização de uma conferência da imprensa sobre o novo ano lectivo.

Publicações especiais: lançaram-se respectivamente em 31 de Agosto e 5 de Outubro de 2012, publicações especiais nos jornais, para dar a conhecer o conteúdo das políticas e as informações da consulta aos diversos sectores da sociedade, bem como dar a conhecer as ideias e opiniões de especialistas das quatro regiões dos dois lados do estreito, transmitidas durante o “Fórum da Juventude”, respeitantes às políticas e desenvolvimento integral da juventude, divulgando, assim, as respectivas informações à sociedade.



Publicação especial nos jornais em 31 de Agosto



Publicação especial nos jornais em 5 de Outubro

Multimédia

Vídeo promocional: realizou-se um vídeo promocional, transmitido nos canais em chinês e português, da TDM, (chinês 62 vezes; português 32 vezes), e disponibilizado, no *website* da DSEJ e página electrónica temática na *internet*, tendo sido igualmente transmitido na sede da DSEJ, seus centros subordinados, Centro de Informações ao Público e Centro de Serviços da RAEM, a fim de promover o acompanhamento social.

Divulgação na rádio: foi feita nos tempos de publicidade dum programa sobre actualidades, na Rádio de Macau (62 vezes).

Apresentação prévia de programas televisivos: durante o período de consulta, transmitiram-se as informações relativas à consulta pública, na parte da apresentação prévia dos programas televisivos da DSEJ - “Informações da DSEJ” e “Educação e Juventude Dinâmica” - que foram exibidos na TDM.

Programa de rádio: durante o período de consulta, foi feita a apresentação da “Política de Juventude” no programa da “Juventude de Macau”, transmitido aos sábados, partilhando desta forma as informações da consulta pública.

Internet

Página electrónica temática: através desta página, apresentou-se ao público o conteúdo do documento de consulta da “Política de Juventude”. Foram carregadas as informações relevantes, documento de consulta e brochuras de promoção, e foi criada uma zona destinada à entrega imediata de opiniões, para que os cidadãos pudessem enviar, directamente, as suas opiniões e sugestões.



Página electrónica temática

Faixas publicitárias digitais: colocou-se uma faixa publicitária no portal do governo, *website* da DSEJ, Comunidade de Educação e Juventude e outros *websites* comerciais, com ligação à página electrónica temática de consulta da “Política de Juventude”.



Faixa publicitária digital

Objectos promocionais

Documento de consulta e brochuras de promoção: publicaram-se o documento da consulta (num total de 2 100 exemplares em chinês e português) e as brochuras de promoção (26 000 exemplares), que foram entregues nos serviços públicos, bibliotecas públicas, escolas, associações, entre outros locais, para consulta dos cidadãos.



Brochuras de promoção

Painéis publicitários: foram colocados painéis no Centro de Recursos Educativos da DSEJ e no Centro de Serviços da RAEM.



Centro de Recursos Educativos da DSEJ



Centro de Serviços da RAEM

Artigos publicados

Durante o período de consulta, publicaram-se vários textos nos jornais e nas edições da DSEJ, de modo a oferecer ao público um conhecimento mais profundo do conteúdo do documento de consulta da “Política de Juventude”.

1.2.2. Actividades de televisão e rádio

No dia 24 de Agosto de 2012, um representante da DSEJ participou numa entrevista da MASTV, que foi exibida em 2 e 9 de Setembro.

Em 28 de Agosto de 2012, um representante da DSEJ participou no programa “Call in Macau”, da Macau Lotus TV, e interagiu com os cidadãos sobre a “Política de Juventude”.

Em 2 de Setembro de 2012, um representante da DSEJ participou no programa “Fórum de Macau” da TDM, e dialogou com os cidadãos sobre a “Política de Juventude”.

Em 5 de Setembro de 2012, um representante da DSEJ participou no programa do “Fórum Macau” da Rádio de Macau, e interagiu com os cidadãos acerca da “Política de Juventude”.

1.2.3. Actividades de consulta

Durante o período da consulta pública, foram realizadas 34 actividades de consulta, nas quais os dirigentes e chefias da DSEJ tiveram uma participação a vários níveis, fornecendo explicações sobre o documento de consulta e ouviram as opiniões.

Sessões de consulta pública

Foram convidados, de forma aberta, os diversos sectores da sociedade, o público e os jovens para duas sessões de consulta pública e uma sessão destinada apenas aos jovens, tendo participado um total de 610 pessoas, das quais 72 pessoas tiveram também oportunidade de expressar algumas palavras nas sessões.



Sessão para jovens, em 8 de Setembro



Sessão de consulta pública, em 7 de Outubro

Simpósios para as associações

Articularam-se em pleno com as actividades de consulta realizadas pelas associações e instituições civis de serviços (associações sociais e juvenis, grupos mais vulneráveis, associações profissionais e organização de macaenses), e organizaram-se os representantes do governo para participarem nas actividades e ouvirem as opiniões, num total de 9 simpósios, com foco direccionado às associações.



Simpósio com a *Macao Youth Dynamics*, em 14 de Setembro



Simpósio com a Associação dos Assistentes Sociais de Macau, em 18 de Outubro

Sessões de consulta para escolas

Articularam-se em pleno com as actividades de consulta realizadas pelas escolas e organizaram-se os representantes do governo para participarem nas actividades e ouvirem as opiniões, num total de 22 sessões de consulta com 19 escolas, envolvendo 6 479 pessoas.



Participação na sessão de consulta da Escola Secundária Técnico-Profissional da Associação Geral dos Operários de Macau, em 15 de Outubro



Participação na sessão de consulta do Departamento de Serviço Social do Instituto Politécnico de Macau, em 17 de Outubro

1.3. Calendários das actividades

Actividades de recolha de opiniões sobre o planeamento do desenvolvimento da juventude

Data	Actividades	Destinatários
De Novembro de 2010 a Fevereiro de 2011	Sessão de recolha de opiniões para jovens	Jovens
	Sessão de recolha de opiniões para instituições	Representantes das instituições envolvidas
	Grupo de foco dos jovens no mercado de trabalho	Jovens no mercado de trabalho
	Grupo de foco dos alunos das escolas secundárias, recém-chegados a Macau	Alunos das escolas secundárias, recém-chegados a Macau
	Grupo de foco dos jovens deficientes	Jovens deficientes
	Grupo de foco para discussão de ideias para jovens	Representantes de organizações defensoras dos interesses juvenis
	Grupo de foco dos jovens das famílias monoparentais	Jovens das famílias monoparentais
	Grupo de foco dos jovens empreendedores	Jovens empreendedores

Sessão de recolha de opiniões dos especialistas

Data	Actividades	Destinatários
Dezembro de 2011	Sessão de recolha de opiniões dos especialistas	Especialistas e estudiosos das instituições de ensino superior na área relacionada

Reuniões do Conselho de Juventude e do Conselho de Educação para o Ensino Não Superior

Data	Actividades	Destinatários
12 de Abril de 2012	Reunião plenária do Conselho de Juventude	Vogais do Conselho de Juventude
3 de Maio de 2012	Reunião plenária do Conselho de Educação para o Ensino Não Superior	Vogais do Conselho de Educação para o Ensino Não Superior

Sessões de consulta pública

Data	Actividades	Destinatários
31 de Agosto de 2012	Sessão de consulta pública	Público em geral
8 de Setembro de 2012	Sessão de consulta para jovens	Jovens
7 de Outubro de 2012	Sessão de consulta pública	Público em geral

Simpósios com foco para as associações

Data	Associações	Destinatários
9 de Setembro	Macao Youth Soaring Association	Representantes das organizações e instituições sociais
11 de Setembro	Federação de Juventude de Macau	
14 de Setembro	Macao Youth Dynamics	
27 de Setembro	Comissão de Juventude da Associação Comercial de Macau	
14 de Outubro	Associação de Surdos de Macau	
16 de Outubro	Associação dos Familiares Encarregados dos Deficientes Mentais de Macau	
18 de Outubro	Associação dos Assistentes Sociais de Macau	
18 de Outubro	Macao Tri-Decade Action Union	
19 de Outubro	Associação dos Jovens Macaenses	

Sessões de consulta para escolas

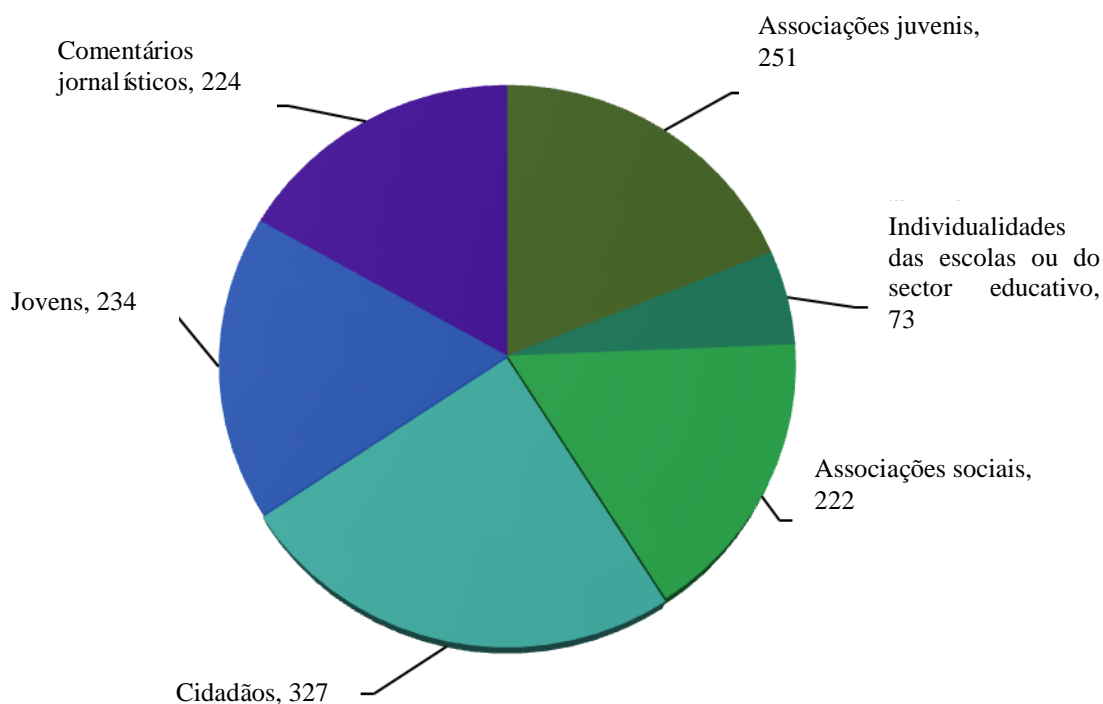
Data	Escolas	Destinatários
25 de Setembro	Escola Secundária Pui Ching	Alunos e pessoal docente
26 de Setembro	Escola Secundária Luso-Chinesa de Luís Gonzaga Gomes	
26 de Setembro	Escola Seong Fan	
28 de Setembro	Escola Hou Kong	
6 de Outubro	Escola para Filhos e Irmãos dos Operários (Secundário)	
8 de Outubro	Colégio Diocesano de São José (2 e 3)	
8 de Outubro	Universidade de Macau	
10 de Outubro	Colégio Yuet Wah	
10 de Outubro	Escola Tong Nam – Secundária	
11 de Outubro	Colégio de Santa Rosa de Lima - Secção Chinesa	
11 de Outubro	Escola Cham Son de Macau	
12 de Outubro	Escola Luso-Chinesa Técnico-Profissional	
15 de Outubro	Escola dos Moradores de Macau	
15 de Outubro	Escola Secundária Técnico-Profissional da Associação Geral dos Operários de Macau	
17 de Outubro	Escola de Aplicação Anexa à Universidade de Macau	
17 de Outubro	Departamento de Serviço Social do Instituto Politécnico de Macau	
17 de Outubro	Escola Keang Peng (Secção Secundária)	
18 de Outubro	Colégio de Santa Rosa de Lima - Secção Inglesa	
19 de Outubro	Escola Kao Yip	
19 de Outubro	Escola Luso-Chinesa Técnico-Profissional	

2. SÍNTESE DAS OPINIÕES RECOLHIDAS

2.1 Distribuição das opiniões

2.1.1. Estatística das fontes

Foram recolhidas 1 331 opiniões durante o período de consulta. De acordo com as fontes estatísticas, a maioria foi dos cidadãos, com 327 opiniões; em seguida, 251 opiniões foram das associações juvenis¹ e 234 dos jovens². Além disso, houve 224 opiniões extraídas das notícias e comentários jornalísticos; 222 das associações sociais e 73 das individualidades das escolas ou do sector educativo.

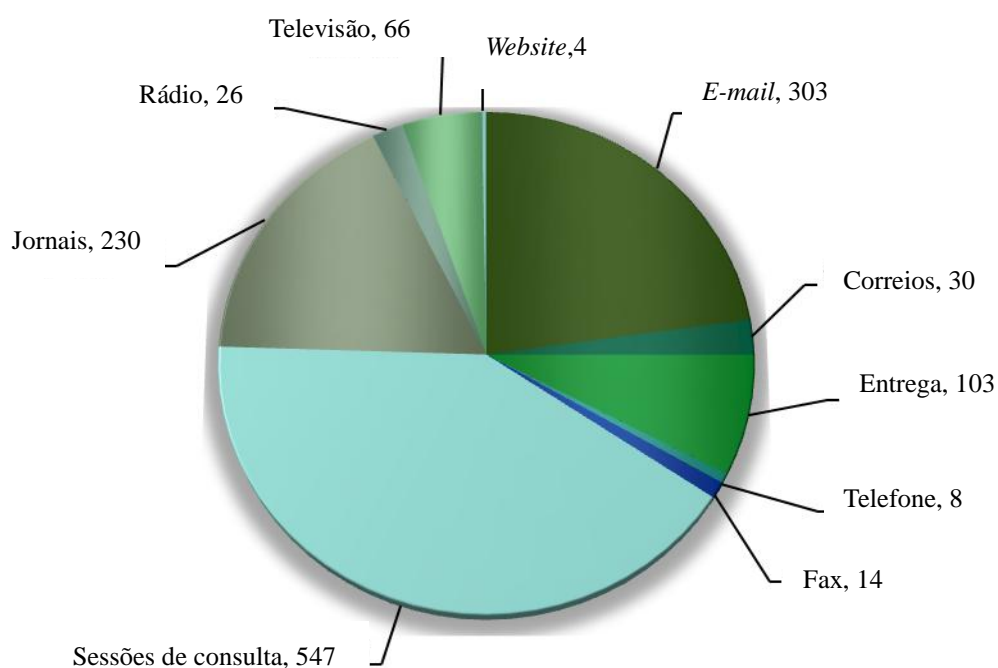


¹ Associações sociais registadas na DSEJ como associações juvenis.

² No processo de consulta, “jovens” são os cidadãos com idades compreendidas entre 13 e 29 anos.

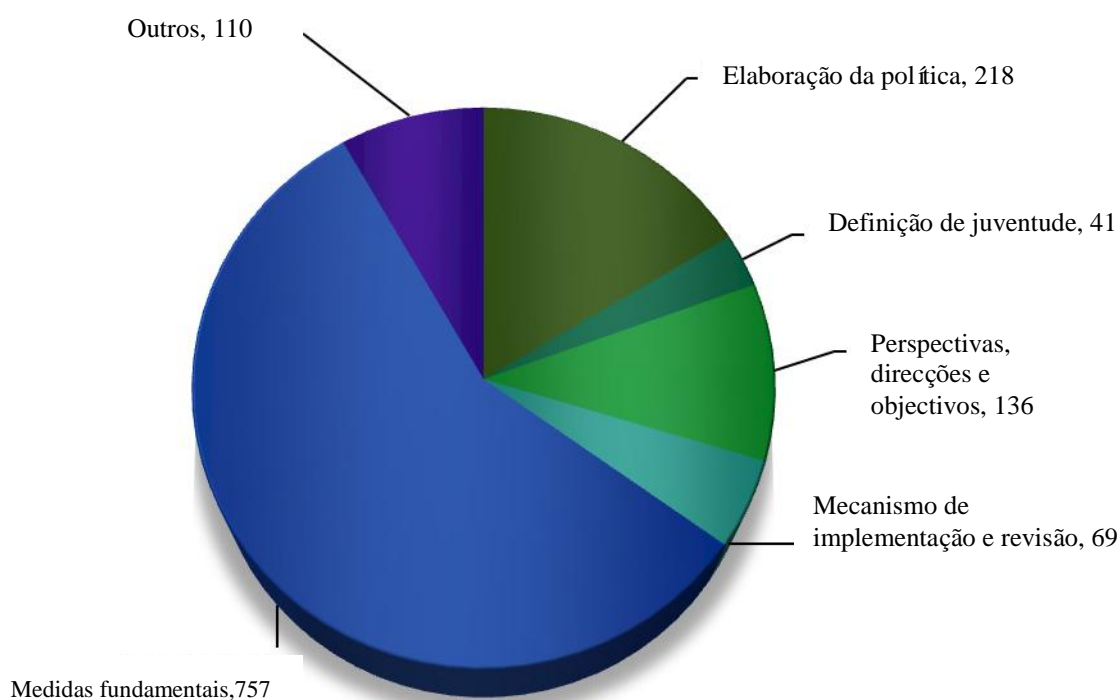
2.1.2. Estatística dos métodos de recolha

Entre as 1 331 opiniões, a maioria foi recolhida nas sessões de consulta, num total de 547 opiniões; em seguida, foram apresentadas, via *e-mail*, 303 opiniões; 230 foram extraídas dos jornais; 103 entregues pessoalmente e as restantes 148 opiniões foram recolhidas, nomeadamente, pela televisão, pelos correios, pela rádio, por fax, por telefone e através do *website*.



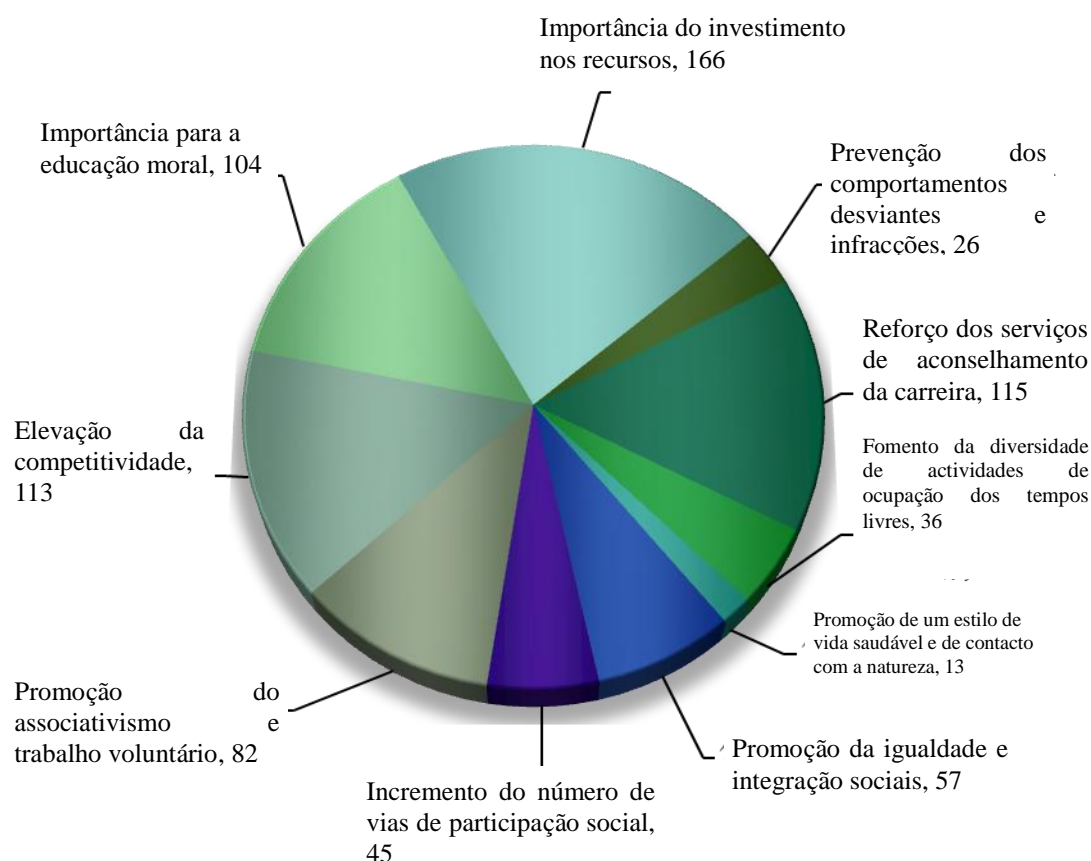
2.1.3. Estatística dos pontos mais importantes para o público

Entre as 1 331 opiniões, a maioria focou-se nas medidas fundamentais, com 757 opiniões; em seguida, recolheram-se 218 sobre a elaboração da política; 136 sobre as perspectivas, as direcções e os objectivos; 69 sobre o mecanismo de implementação e revisão; 41 sobre a definição de juventude; 110 sobre outros aspectos, nomeadamente sobre os métodos de consulta e as opiniões do ponto de vista pessoal.



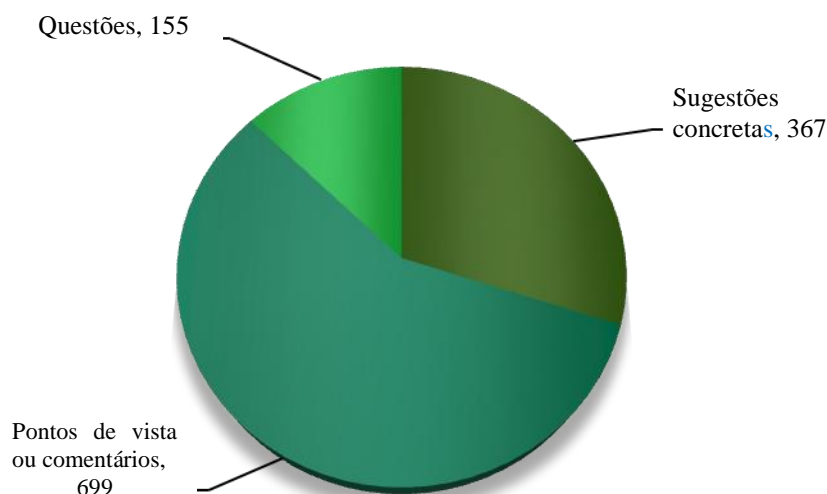
2.1.4. Estatística das opiniões sobre as medidas fundamentais

Entre as 757 opiniões focadas nas medidas fundamentais, a maioria foi relativa ao investimento nos recursos, com 166 opiniões; em seguida, recolheram-se 115 sobre o reforço dos serviços de aconselhamento de carreira; 113 sobre a elevação da competitividade; 104 sobre a importância para a educação moral; 82 sobre a promoção do associativismo e do trabalho voluntário; 57 sobre a promoção da igualdade e integração sociais; 45 sobre o incremento do número de vias de participação social; 36 sobre o fomento da diversidade de actividades de ocupação dos tempos livres; 26 sobre a prevenção dos comportamentos desviantes e infracções e 13 sobre a promoção de um estilo de vida saudável e de contacto com a natureza.

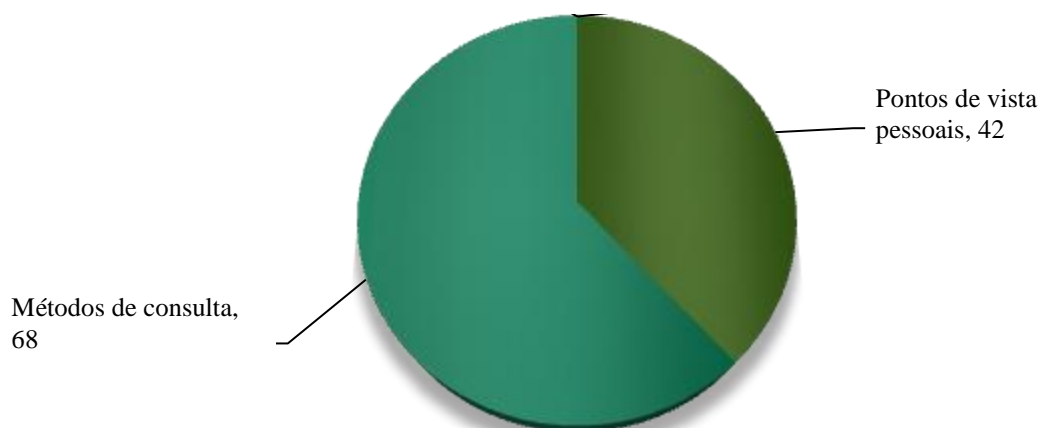


2.1.5. Estatística por natureza das opiniões

À excepção das 110 pertencentes a outras opiniões, as restantes foram classificadas de acordo com a sua natureza: 699 delas são pontos de vista ou comentários, ocupando 57%; 367 são sugestões concretas, ocupando 30%; 155 classificadas como questões, ocupando 13%.



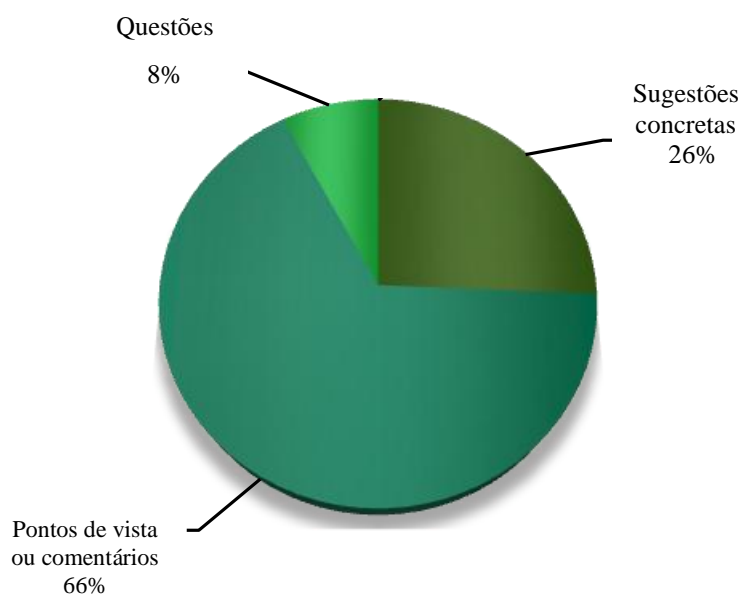
Entre as 110 outras opiniões, que não estão directamente relacionadas com o documento de consulta, 68 incidem sobre os métodos de consulta, ocupando 62%; 42 são pontos de vista pessoais, ocupando 38%.



2.2 Análise dos pontos essenciais

2.2.1. Elaboração da política

Entre as opiniões sobre a elaboração da política, conforme a sua natureza, as que exprimem um ponto de vista ou comentário, ocupam 66%; as que dão uma sugestão concreta ocupam 26% e as classificadas como questões ocupam 8%.



Pontos de vista ou comentários: em algumas opiniões considera-se que é adequada a implementação da Política nesta fase; há necessidade de fornecer aos jovens uma plataforma de desenvolvimento e de definir as medidas de apoio; a apresentação da Política de Juventude ajuda os jovens a definir a sua orientação de desenvolvimento de forma clara; o documento de consulta inclui as exigências sobre o desenvolvimento integral dos jovens; a Política de Juventude é muito importante para o desenvolvimento global dos jovens e da sociedade de Macau; devem-se referenciar mais as políticas de juventude das organizações internacionais e de outros países; deve-se esclarecer a relação entre a Política de Juventude e a “Estratégia do Desenvolvimento Integral dos Jovens de Macau”; devem-se ouvir mais opiniões dos jovens no processo de elaboração; devem-se fornecer mais dados contextuais e informações de referência da política; a visão macro da política é insuficiente; o conteúdo da Política não bem detalhado; falta o

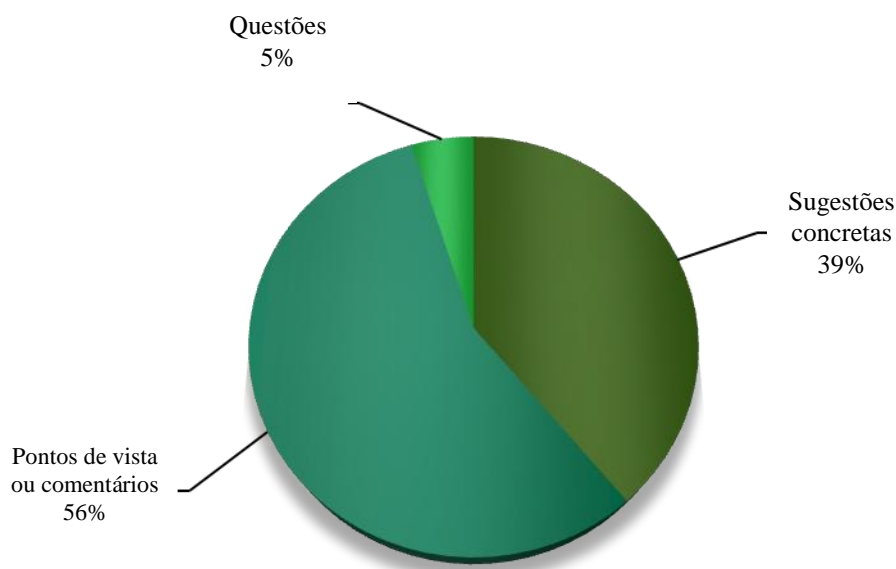
carácter de operacionalidade na Política; existem opiniões com reservas em relação aos objectivos da Política; acha-se que a Política tem um carácter utilitário, havendo preocupações de que os jovens se transformem em meros instrumentos de produção económica.

Sugestões concretas: Acrescentar mais conteúdo sobre a correcção dos comportamentos desviantes; reforçar o conteúdo da educação nacional; o texto do documento de consulta pode ser mais claro e sucinto; acrescentar mais conteúdos sobre áreas relativas à habitação, iniciativas empresariais, criatividade e cultural; reescrever o texto da Política de Juventude e realizar uma segunda consulta; possuir conteúdos sobre o juízo independente e o pensamento inovador; a Política deve ter duas versões: uma versão simples e uma com dados detalhados; reduzir a utilização dos termos específicos ou incluir notas explicativas.

Questões: Porque é que se lança a Política de Juventude agora? Porque é que foi incluído o conteúdo relativo aos jogos de fortuna e azar na Política de Juventude? Que medidas podem ajudar os jovens? Qual é o posicionamento da Política de Juventude? Está a prestar-se atenção à eficácia dos trabalhos actuais relativos aos assuntos juvenis?

2.2.2. Definição de juventude

Entre as opiniões sobre a definição de juventude, conforme a sua natureza, aquelas que exprimem pontos de vista ou comentários ocupam 56% dessas opiniões; aquelas que consistem em sugestões concretas ocupam 39%; as que são questões ocupam 5%.



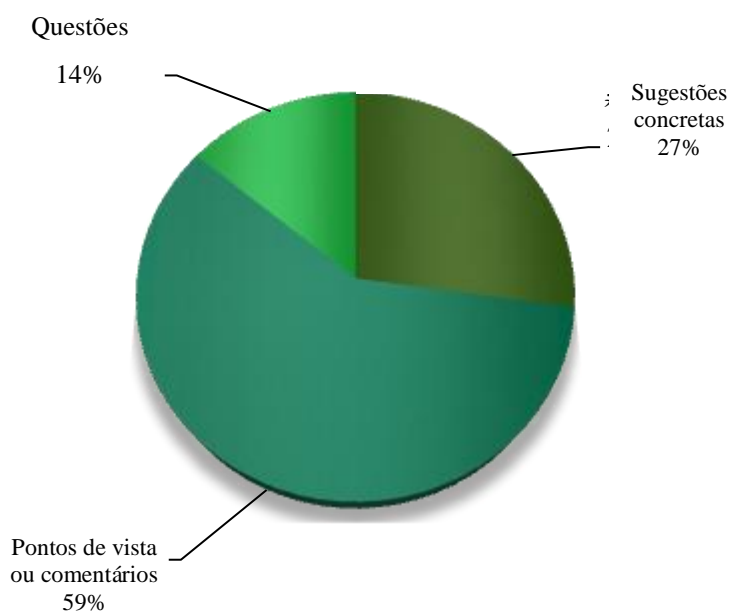
Pontos de vista ou comentários: em algumas opiniões considera-se que a definição da faixa etária da juventude, no documento, abrange basicamente os assuntos juvenis, sendo esta uma maneira mais prática; a definição clara sobre a idade, contida no documento, é muito importante, porque isto permite a elaboração de medidas específicas; a definição de juventude varia com diferentes países, pelo que o âmbito definido no documento é razoável.

Sugestões concretas: Referenciar os critérios das Nações Unidas e de outros países; classificar, com mais detalhe, as diferentes fases etárias; classificar, com mais detalhe, as diferentes identidades sociais, tal como por emprego, prosseguimento de estudos, recém-admitido no emprego ou ser casado; classificar mais detalhadamente conforme as diferentes situações, tais como em situação de risco, deficiência ou abandono escolar; alargar o intervalo de idade considerado para a juventude entre 13 e 29 anos; estreitar o seu âmbito; as idades entre 45 e 60 anos devem também ser incluídas no conceito de jovem.

Questões: Como é que os pais levam em conta os filhos com necessidades diferentes? Como é que os jovens se mantêm após terem criado os seus negócios? Como é que os jovens enfrentam as adversidades?

2.2.3. Perspectivas, direcções e objectivos

Entre as opiniões sobre as perspectivas, direcções e objectivos, conforme a sua natureza, aquelas exprimem pontos de vista ou comentários, ocupando 59%; as de sugestões concretas ocupam 27%; as que são questões ocupam 14%.



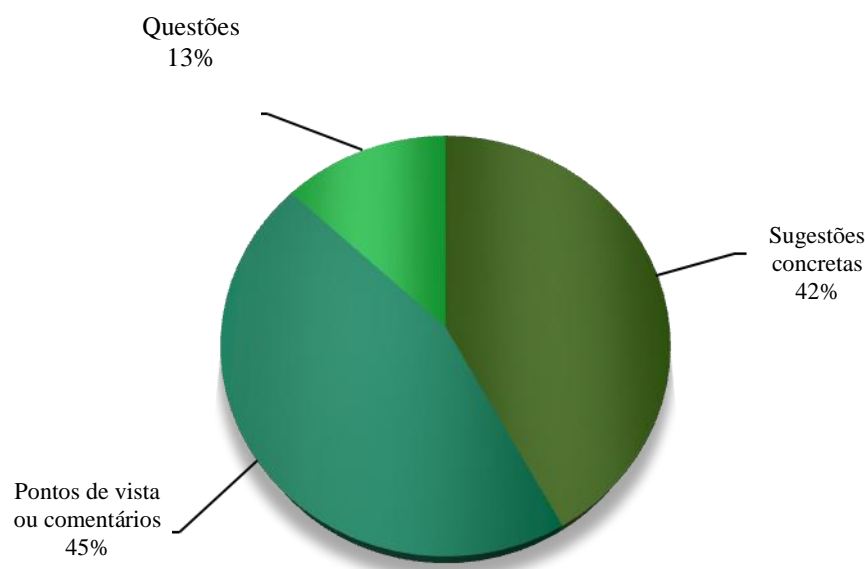
Pontos de vista ou comentários: em algumas opiniões considera-se que os jovens devem ter um pensamento independente e a capacidade de resolver problemas, e reconhecem que isto é abrangido pela Política de Juventude; deve promover-se a igualdade de oportunidades no desenvolvimento dos jovens; reconhece-se a direcção da Política sobre cultivar nos jovens qualidades superiores e diversificar as suas capacidades; reconhece-se que os trabalhos voluntários promovem a participação social; também que a perspectiva mencionada no texto já inclui o conceito de responsabilidade dos jovens; concorda-se com o conceito de integração social; a promoção da mobilidade social é muito importante; a descrição das perspectivas no documento é excessiva, pelo que é possível que não se consiga concretizar todo o conteúdo do texto; a direcção da Política é demasiado instrumental; não é adequado que as associações juvenis façam parte da composição do conteúdo relativo a “incrementar o número de vias diversificadas”; as associações juvenis não podem representar todos os jovens; o aumento do apoio financeiro às associações juvenis ou aos jovens não pode melhorar as qualidades dos jovens; deve-se parar com a industrialização da educação; deve haver um sistema unificado de provas.

Sugestões concretas: a direcção da Política deve contemplar o aumento da autoconfiança e da capacidade de aprendizagem dos jovens; a Política deve dar orientações aos jovens; pode-se enriquecer o conteúdo destinado ao empoderamento dos jovens; a Política deve ter um objectivo de promoção nos jovens para a concretização de uma sociedade justa e equitativa; a direcção da Política pode incluir mais conteúdos sobre a liberdade, a igualdade e o amor; deve-se ter em conta os jovens desempregados ou que abandonam a escola; pode-se aperfeiçoar a apresentação do conteúdo sobre as perspectivas, para que seja mais compreensível pelo público.

Questões: Como é que as empresas de jogo assumem a responsabilidade social? Quais são as necessidades actuais dos jovens? Como é que se reforça a competitividade dos jovens? Como é que se melhora a capacidade linguística?

2.2.4. Mecanismo de implementação e revisão

Entre as opiniões sobre o mecanismo de implementação e revisão, conforme a sua natureza, as que exprimem pontos de vista ou comentários ocupam 45%; as de sugestões concretas ocupam 42%; as que são questões ocupam 13%.



Pontos de vista ou comentários: em algumas opiniões considera-se que no documento está fixado o ano para a revisão, o que ajuda a entidade executiva a implementar a Política; o mecanismo de implementação definido no texto tem uma estrutura clara, ajudando à concretização da Política de Juventude; deve-se promover mais instituições civis a apoiarem a execução da Política, correspondendo à prática europeia e americana de “Governo pequeno, sociedade grande”; deve-se indicar claramente o conteúdo de revisão; deve-se reforçar a representatividade do Conselho de Juventude; a fixação do ano de 2016 para realizar a avaliação intercalar é inadequada e impossível.

Sugestões concretas: o Conselho de Juventude deve informar regularmente o público e recolher opiniões; o governo da RAEM deve estabelecer um mecanismo de coordenação interdepartamental para implementar a Política; recomenda-se a introdução de terceiros para a revisão da Política de Juventude, tal como os jovens, associações juvenis, instituições civis, escolas, entre outros envolvidos; pode-se aproveitar os dados dos “Indicadores sobre a Juventude em Macau” como base para a revisão da Política de Juventude.

Questões: Com as funções da DSEJ, é possível implementar-se eficazmente a Política de Juventude? Como é que o governo irá avaliar e rever a Política de Juventude?

2.2.5. Medidas fundamentais

Importância do investimento nos recursos

Entre as opiniões sobre o investimento nos recursos, conforme a sua natureza, as que exprimem pontos de vista ou comentários ocupam 66%; as de sugestões concretas ocupam 20%; as que são questões ocupam 14%.



Pontos de vista ou comentários: em algumas opiniões considera-se que o investimento de recursos pelo governo no desenvolvimento dos jovens é razoável e indispensável, caso contrário seria difícil implementar a Política de Juventude; as associações juvenis têm um papel importante na promoção dos trabalhos de juventude; a DSEJ tem um processo rigoroso na apreciação dos financiamentos, pelo que se considera apoiar a DSEJ no sentido de continuar a apreciar os pedidos de financiamento da mesma forma; o objectivo da Política é disponibilizar recursos apenas para algumas associações juvenis; a transparência e fiscalização dos financiamentos da DSEJ são insuficientes, não se devendo aumentar o investimento nos recursos sem melhorar primeiro estes aspectos.

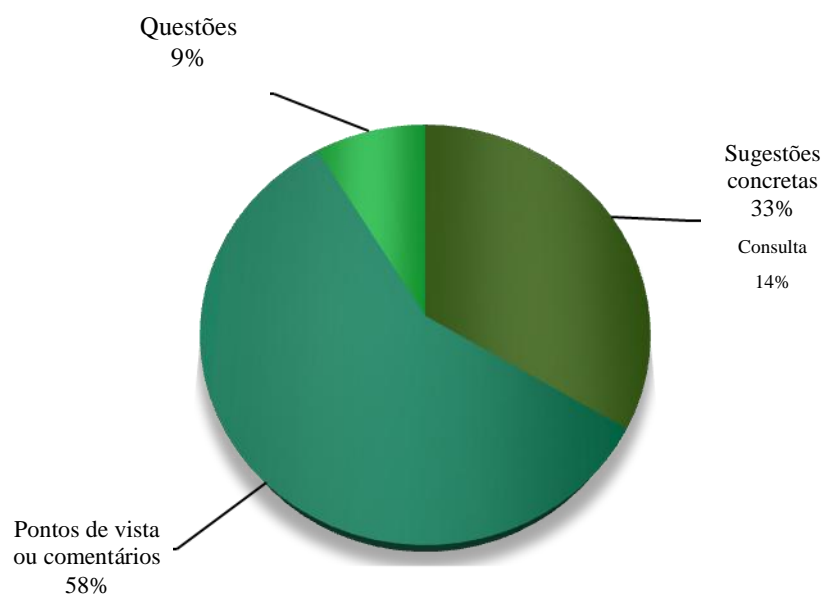
Sugestões concretas: Ao investir os recursos, deve-se considerar a sua razoabilidade, justiça, transparência e eficácia para evitar o desperdício do erário público; a DSEJ deve aperfeiçoar o regime de fiscalização de financiamentos; disponibilizando mais espaços e instalações dedicadas à arte,

para a divulgação das ciências, para actividades recreativas e desportivas e de leitura dos jovens, reforçando o financiamento individual.

Questões: As associações juvenis conseguem utilizar bem o financiamento? Podem-se fiscalizar eficazmente tantas associações? O financiamento é justo e eficaz? Pode-se alargar o investimento dos recursos nas bibliotecas, na arte e na divulgação das ciências?

Importância para a educação moral

Entre as opiniões sobre a importância para a educação moral, conforme a sua natureza, as que exprimem pontos de vista ou comentários ocupam 58%; as de sugestões concretas ocupam 33%; as que são questões ocupam 9%.



Pontos de vista ou comentários: em algumas opiniões considera-se que a educação moral é muito importante para o desenvolvimento social e a sociedade deve construir uma plataforma de educação moral para os jovens; as escolas, a família e a comunidade têm a responsabilidade de promover a educação moral; deve-se trabalhar para elevar as qualidades dos agentes educativos; deve-se reforçar a supervisão da *internet*; deve-se prestar atenção à influência da indústria do jogo nos jovens; há necessidade de acrescentar mais temas à educação moral, como a educação para a vida, educação cívica, respeito pelos animais, os conceitos de gestão financeira e o planeamento de carreira; deve-se reforçar as capacidades sociais dos jovens; algumas opiniões exprimem que eles não entendem nem respeitam o seu país e a sua cultura, e que o respeito que eventualmente possuem não é verdadeiro mas por obrigação; não existe concordância no estabelecimento de um exemplo para o crescimento dos jovens, considerando-se que cada fase do desenvolvimento possui características próprias e não se pode desenvolver os jovens de acordo com um molde.

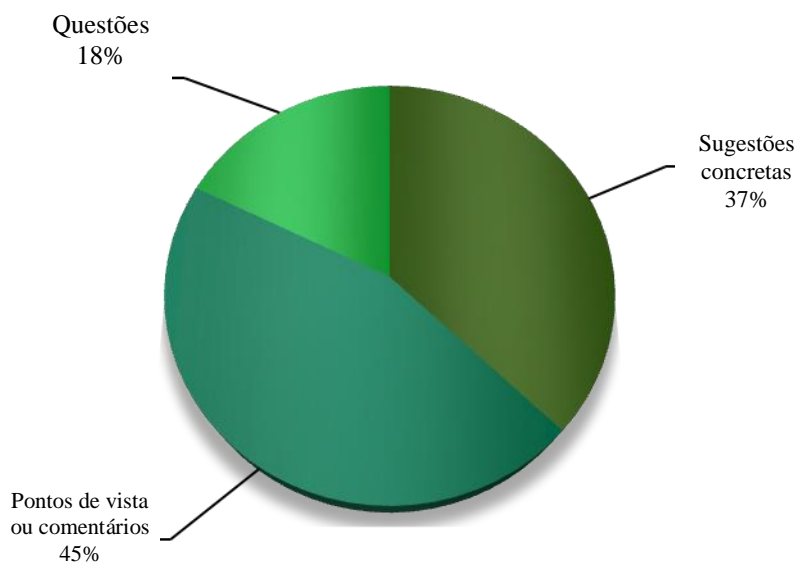
Sugestões concretas: Divulgar mais mensagens positivas; reforçar a educação familiar; implementar a educação nacional e promover a cultura chinesa;

desenvolver estudos relativos à educação moral; recomenda-se que a disciplina de ética substitua as disciplinas de educação religiosa e nacional; estabelecer um “Fundo de Crescimento de Personalidade da Juventude”.

Questões: A educação familiar dos agentes dedicados à indústria do jogo é acompanhada? Como é que se reduz a influência negativa da indústria do jogo? Há acompanhamento nos conceitos de gestão financeira dos jovens? Como é que se contacta com os jovens trabalhadores, para atender às suas necessidades de desenvolvimento?

Elevação da competitividade

Entre as opiniões sobre a elevação da competitividade, conforme a sua natureza, as que exprimem pontos de vista ou comentários ocupam 45%, as de sugestões concretas ocupam 37%; as que são questões ocupam 18%.



Pontos de vista ou comentários: em algumas opiniões considera-se que os jovens precisam de adquirir um espírito de competitividade para enfrentarem a tendência de globalização existente; a sociedade deve dar aos jovens mais reconhecimento e afirmação; deve-se assegurar um ambiente justo para os jovens experimentarem a concorrência e o exercício; o mais importante é criar uma atmosfera social para cultivar nos jovens a curiosidade e o respeito pelo conhecimento; há uma relação estreita entre o aumento da competitividade dos jovens e o reforço do planeamento de carreira dos jovens, por isso, as medidas devem-se complementar; a mono-indústria de Macau não favorece o desenvolvimento integral dos jovens; o texto da política sugere que os membros principais das associações juvenis são os principais destinatários da formação de liderança e que, este facto, é causador de muitos problemas, e por isso, não se concorda com esta disposição.

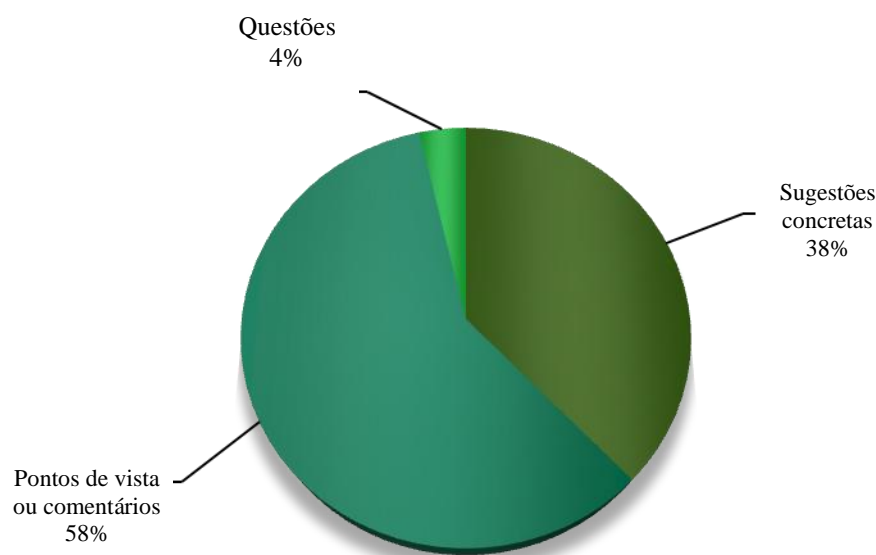
Sugestões concretas: criar, adequadamente, cursos que promovam uma consciência da necessidade de elevação das capacidades de competitividade; fornecer aos jovens oportunidades para viver e trabalhar no exterior, para eles adquirirem experiências de vida, alargarem a sua visão e conhecerem o mundo sob vários aspectos; fornecer formação profissional aos jovens deficientes, jovens em risco ou com dificuldades económicas na família, entre outros,

explorando-lhes as suas potencialidades; reforçar o conhecimento dos jovens sobre o desenvolvimento regional de Guangdong, Hong Kong e Macau, estimulando-os a definir a sua própria vocação mais cedo; reforçar o investimento e a importância do desenvolvimento da educação técnico-profissional; criar condições para os jovens aspirantes a empresários; aprofundar o Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo.

Questões: Serão atribuídos mais recursos para estudar e definir programas de forma a alargar a visão dos jovens? Os jovens têm vontade de melhorar a sua competitividade? Estão a acompanhar os problemas de aconselhamento e orientação escolar? Como é que se eleva a competitividade dos jovens que trabalham na indústria do jogo?

Promoção do associativismo e do trabalho voluntário

Entre as opiniões sobre a promoção do associativismo e do trabalho voluntário, conforme a sua natureza, as que exprimem pontos de vista ou comentários ocupam 58%; as de sugestões concretas ocupam 38%; as que são questões ocupam 4%.



Pontos de vista ou comentários: Há opiniões em que se concorda com a promoção do associativismo e do trabalho voluntário e que contribuem para o desenvolvimento dos jovens a longo prazo; reconhecem-se os objectivos de associativismo dos jovens, e que os jovens podem aprender através da sua participação, e a participação nas associações pode reduzir as preocupações dos pais sobre o desenvolvimento dos jovens; deve-se prestar atenção ao desenvolvimento das associações juvenis, por exemplo, no que respeita à falta de espaços para desenvolvimento dos trabalhos das associações; deve-se ter como referência métodos estrangeiros, introduzindo o trabalho voluntário nas disciplinas curriculares e regulamentando a participação obrigatória dos jovens em acções de voluntariado; concorda-se com a elaboração e determinação do regime de registo dos voluntariados; deve-se prestar atenção ao efeito negativo causado por algumas medidas de incentivo material, para o trabalho voluntário.

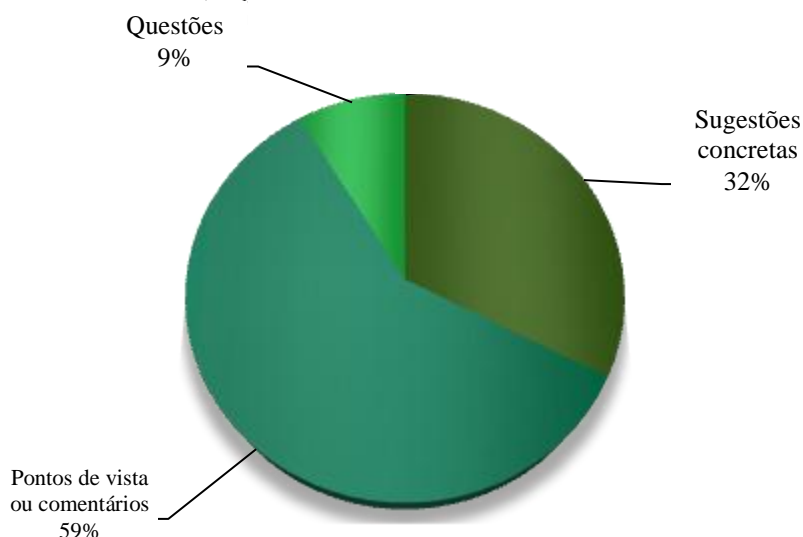
Sugestões concretas: Ter como referência experiências de promoção do associativismo e do trabalho voluntário nos países e regiões vizinhas; deve-se consultar, com mais frequência, os agentes dedicados aos assuntos juvenis,

ajudando, assim, na promoção dos respectivos trabalhos; como existem determinadas barreiras na promoção do associativismo e do trabalho voluntário nos jovens, o governo deve dar o exemplo, liderando a comunidade para uma promoção conjunta; os grupos de elementos uniformizados podem ajudar na participação social dos jovens, pelo que se deve dar um apoio razoável a esses grupos; criar um regime dos trabalhos voluntários, no sentido de aumentar o nível de participação dos jovens; louvar os jovens com maior progresso no trabalho voluntário; além de promover a participação dos jovens no voluntariado, deve-se incentivar a sua livre iniciativa no planeamento das suas próprias actividades; sugere-se promover um intercâmbio internacional relativo ao trabalho voluntário.

Questões: Pode haver candidaturas ao financiamento em nome individual? Qual é o objectivo do registo das associações juvenis? O estímulo à participação dos jovens no trabalho voluntário está a ser seguido?

Incremento do número de vias de participação social

Entre as opiniões acerca do incremento do número de vias de participação social, conforme a sua natureza, as que exprimem pontos de vista ou comentários ocupam 59%; as de sugestões concretas ocupam 32%; as que são questões ocupam 9%.



Pontos de vista ou comentários: em algumas opiniões considera-se que fornecer mais meios e informações pode contribuir para que os jovens se preocupem mais com a sociedade; o Conselho de Juventude é composto, totalmente, por representantes do governo, causando, assim, a ausência de uma plataforma para os jovens poderem manifestar a sua voz; a sociedade ainda não oferece oportunidades suficientes para os jovens poderem exprimir-se; deve-se prestar atenção aos jovens anónimos; o mais importante é a participação democrática; o texto não dá importância à voz dos jovens; não se encontra no texto o direito à voz por parte dos jovens.

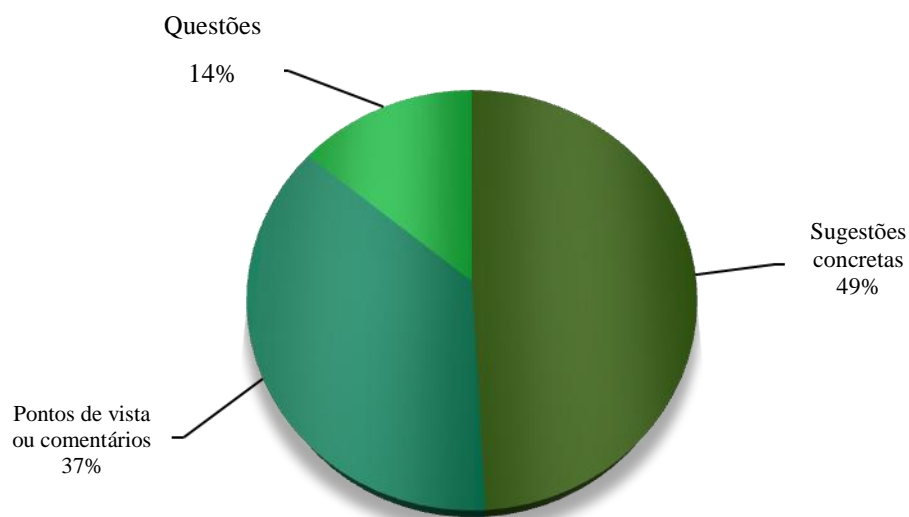
Sugestões concretas: estimular as escolas e a família a cultivar nos jovens, desde crianças, uma atitude de participação na sociedade, ensinando-lhes a importância dessa participação; constituir um grupo de elementos uniformizados composto por jovens participantes nos acampamentos militares de verão e criar um mecanismo para incentivar a participação social destes grupos; permitir aos jovens que não são membros em associações a obtenção de mais informações de cariz social; criar condições para os vogais do Conselho de

Juventude terem mais intercâmbio com os jovens; aumentar os meios para os jovens comunicarem directamente com os membros do governo; organizar a assistência dos jovens na Assembleia Legislativa e o intercâmbio com os deputados; utilizar, como referência, os métodos do Parlamento Europeu dos Jovens para promover a participação política entre os jovens.

Questões: Há plataformas suficientes para dar voz aos jovens? Qual é o conteúdo do mecanismo de auscultação?

Promoção da igualdade e da integração sociais

Entre as opiniões destinadas à promoção da igualdade e da integração social, conforme a sua natureza, as que exprimem pontos de vista ou comentários ocupam 37%; as de sugestões concretas ocupam 49%; as que são questões ocupam 14%.



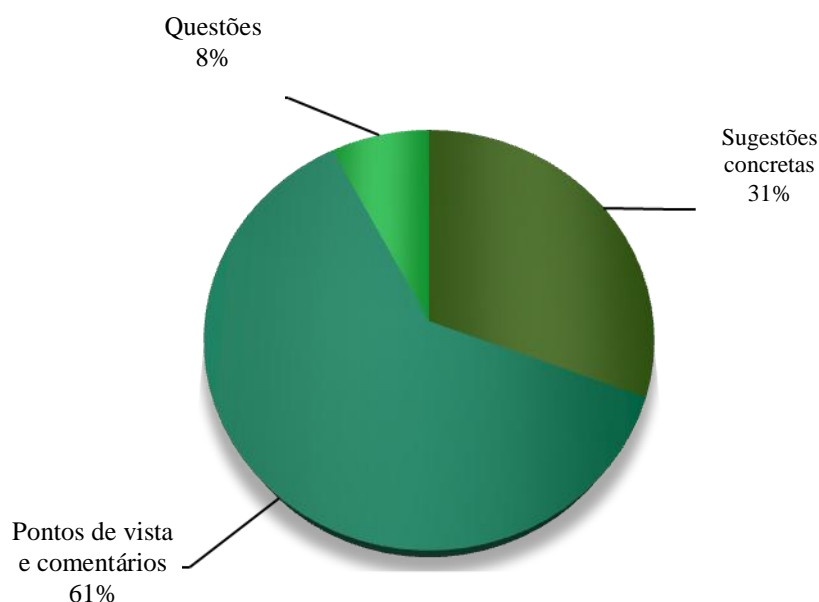
Pontos de vista ou comentários: em algumas opiniões considera-se que a sociedade necessita de desenvolver uma concepção de igualdade e integração, assim como concretizá-la; deve prestar-se atenção aos problemas envolvidos no crescimento dos jovens inseridos em famílias cujos pais trabalham; deve reforçar-se a capacidade de resposta dos trabalhadores sociais.

Sugestões concretas: Esclarecer claramente a definição de jovens desfavorecidos; espera-se que a sociedade e o governo prestem mais atenção aos jovens deficientes, por outro lado, foram apresentadas várias sugestões relativas à educação, emprego, formação, actividades extracurriculares, participação social e acção social; definir uma lei de antidiscriminação, garantindo os direitos dos diversos grupos.

Questões: De que forma se podem apoiar os jovens com deficiência mental quanto ao emprego e à formação? Como é que se permite uma melhor integração dos jovens recém-chegados a Macau? Como é que se apoia a educação e a orientação escolar dos jovens com necessidades educativas especiais?

Promoção de um estilo de vida saudável e de contacto com a natureza

Entre as opiniões sobre a promoção de um estilo de vida saudável e de contacto com a natureza, conforme o assunto, as que exprimem pontos de vista ou comentários ocupam 61%; as de sugestões concretas ocupam 31%; as que são questões ocupam 8%.



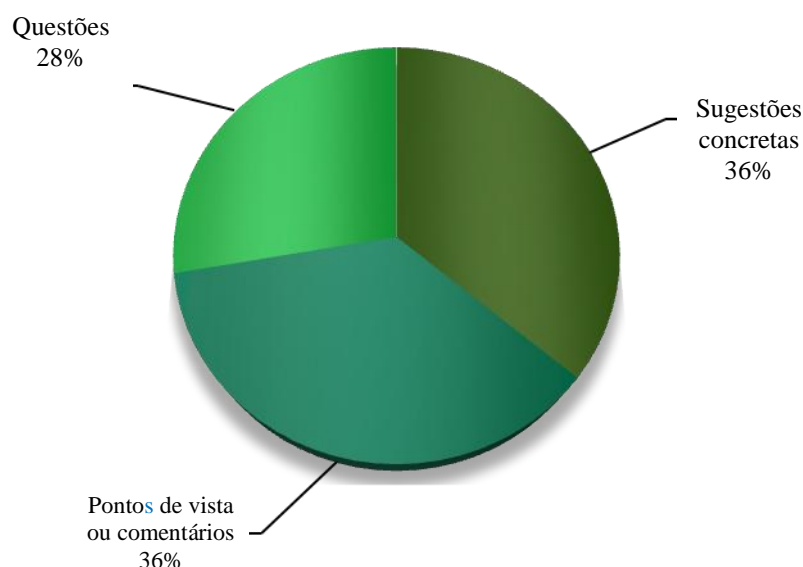
Pontos de vista ou comentários: concorda-se com a promoção de um estilo de vida saudável e de contacto com a natureza; concorda-se com a importância de um estilo de vida sustentável e de baixo teor de carbono para um desenvolvimento social sustentável; a criação de hábitos para uma vida saudável com exercício físico regular, alimentação equilibrada e descanso adequado é muito importante para o crescimento dos jovens; os jovens não devem depender muito tempo em centros de explicações e nos trabalhos de casa, sendo necessário criar condições para os espaços de lazer ao ar livre dos jovens.

Sugestões concretas: Fornecer mais espaços para a prática de desportos; criar uma disciplina individual de ciências ambientais integrada na organização curricular da educação regular; reforçar a promoção e a educação em linha com o desenvolvimento sustentável; as actividades ao ar livre são de extrema importância; há ainda várias sugestões específicas sobre treino ao ar livre.

Questões: Qual o critério que garante o descanso adequado e a saúde?

Fomentar a diversidade de actividades de ocupação dos tempos livres

Entre as opiniões acerca de como fomentar a diversidade de actividades de ocupação dos tempos livres, conforme a sua natureza, as que exprimem pontos de vista ou comentários ocupam 36%; as de sugestões concretas ocupam 36%; as que são questões ocupam 28%.



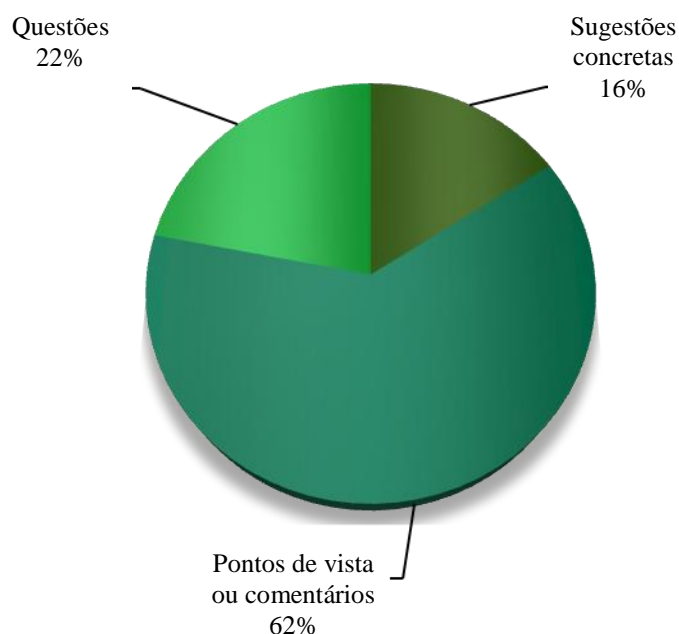
Pontos de vista ou comentários: algumas opiniões são concordantes com a importância das actividades extracurriculares para o crescimento e desenvolvimento dos jovens; os jovens devem ter a oportunidade de desenvolver os seus diversos interesses; a apresentação do texto de consulta deve ser mais clara; devem existir medidas mais concretas de apoio.

Sugestões concretas: investir mais recursos em actividades artísticas; reforçar a promoção, permitindo, nomeadamente, aos jovens na escola poderem obter as respectivas informações; realizar mais actividades para pais e filhos e actividades extracurriculares; aumentar o número de actividades de música, espaços e oportunidades de partilha e intercâmbio; realizar mais acções de formação para os jovens que queiram seguir carreiras dedicadas à arte, para usufruírem um desenvolvimento mais amplo.

Questões: Podem-se fornecer actividades extracurriculares mais diversificadas? Como é que se apoiam as actividades extracurriculares? Como é que se ajudam os jovens a aliviar a pressão da aprendizagem e da vida? Como é que se fornecem actividades de lazer adequadas à participação dos jovens trabalhadores?

Reforço dos serviços de aconselhamento de carreira

Entre as opiniões sobre o reforço dos serviços de aconselhamento de carreira, conforme a sua natureza, as que exprimem pontos de vista ou comentários ocupam 62%; as de sugestões concretas ocupam 16%; as que são questões ocupam 22%.



Pontos de vista ou comentários: em algumas opiniões considera-se que a promoção dos serviços de aconselhamento de carreira é muito importante para o desenvolvimento dos jovens; concorda-se que o planeamento de carreira precoce é favorável aos jovens que assim descubrem as suas vantagens e potencialidades e podem determinar desde cedo a orientação do seu desenvolvimento; concorda-se que é necessário reforçar o apoio ao planeamento de carreira, e é um factor positivo já estar previsto no texto para consulta; é preciso reforçar no público o conhecimento sobre o planeamento de carreira; deve-se garantir que o mercado de emprego seja essencialmente para os cidadãos locais; não é necessário orientar o desenvolvimento de carreira dos jovens.

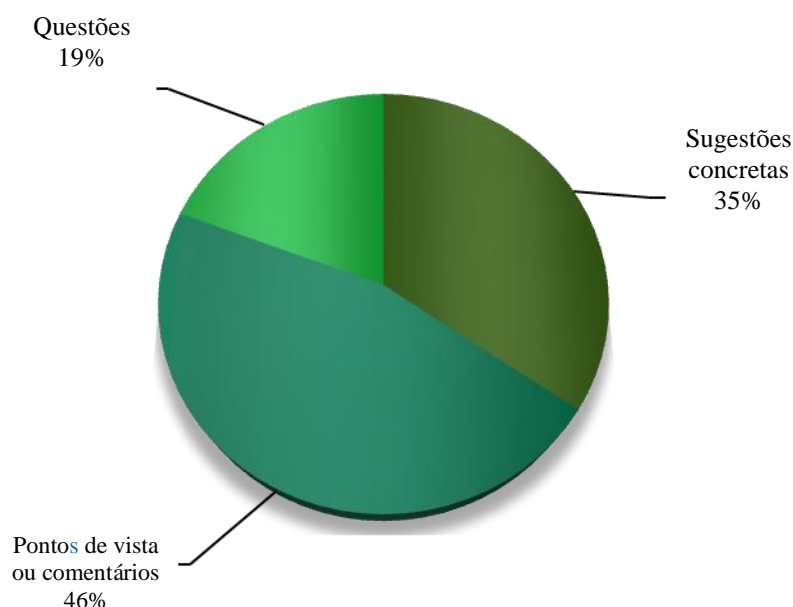
Sugestões concretas: Diversificar as matérias relativas ao emprego nos cursos de aperfeiçoamento contínuo; é necessário desenvolver as qualificações profissionais para o aconselhamento de carreira; fornecer aos jovens informações relativas ao emprego; aumentar o conteúdo sobre a estimulação ao empreendedorismo, bem como criar um Fundo de Apoio para Iniciativas

Empresariais; definir um planeamento detalhado para o percurso de aprendizagem dos alunos, conforme o rumo de desenvolvimento económico de Macau.

Questões: Como é que se incentiva o aperfeiçoamento contínuo dos jovens? Como é que se garante as oportunidades de emprego para os jovens formados no exterior e regressados a Macau? Como é que se apoiam os jovens na articulação entre a escolha da área de estudo e o emprego? Como é que se apoiam os jovens na escolha diversificada de emprego?

Prevenção dos comportamentos desviantes e infracções

Entre as opiniões sobre a prevenção dos comportamentos desviantes e infracções, conforme a sua natureza, as que exprimem pontos de vista ou comentários ocupam 46%; as de sugestões concretas ocupam 35%; as que são questões ocupam 19%.



Pontos de vista ou comentários: em algumas opiniões considera-se que se deve proceder à prevenção dos comportamentos desviantes e à aplicação de infracções para reduzir a sua influência no desenvolvimento integral dos jovens; é possível que *softwares* utilizados para filtragem de informações nocivas da internet, impeçam a liberdade de acesso à informação; o texto para consulta refere que os jovens possuem comportamentos desviantes, atribuindo-lhes, de imediato, um rótulo injusto e, por isso, não deve fazer parte da Política de Juventude.

Sugestões concretas: Aumentar os trabalhos de promoção da prevenção dos comportamentos desviantes e infracções; prestar-se atenção aos problemas relativos à gestão financeira e à resiliência dos jovens trabalhadores no sector do jogo, definindo medidas específicas para prevenir a sua transformação em jogadores patológicos; formar mais assistentes sociais para serviço extensivo ao exterior para envidar os maiores esforços nos trabalhos de prevenção dos comportamentos desviantes dos jovens.

Questões: Como é que as instalações do sector de jogo podem ser afastadas

da comunidade? Como é que se reduz a transformação dos jovens trabalhadores no sector do jogo em jogadores patológicos? Como é que se auxiliam os jovens infractores na sua reintegração na sociedade?

3. RESPOSTA GLOBAL E ORIENTAÇÕES DOS TRABALHOS POSTERIORES

3.1. Elaboração da política

Respostas principais

- O governo da RAEM tem estado mais atento à tomada de decisões políticas baseadas em critérios científicos. A elaboração da “Política de Juventude”, além de tomar como referência as respectivas informações de diferentes países, teve em conta os dados dos “Indicadores sobre a Juventude de Macau”, os dados estatísticos dos departamentos públicos e as opiniões de especialistas e académicos;
- As informações, mensagens e dados relativos à área da juventude têm sido disponibilizados no *website* da DSEJ e nas três páginas electrónicas dedicadas aos “Indicadores sobre a Juventude em Macau”, “Rede de Estudos sobre a Juventude em Macau” e “Desenvolvimento Integral dos Jovens de Macau”, que servem como informações de referência para o público e têm uma classificação clara e concreta;
- No texto para consulta explicita-se claramente que a elaboração da “Política de Juventude” corresponde a uma organização e integração de 15 áreas na “Estratégia do Desenvolvimento Integral dos Jovens de Macau”;
- Referindo as experiências de vários países e regiões, a Política de Juventude tem três funções principais: desenvolvimento, prevenção e correcção. Actualmente, a tendência geral salienta a definição de mais medidas políticas favoráveis ao desenvolvimento dos jovens. No processo de elaboração, seguem-se as experiências internacionais com a orientação de “desenvolvimento”, que coincidem com as sugestões dos especialistas, académicos e vogais do Conselho de Juventude;
- O âmbito do texto para consulta corresponde basicamente às experiências internacionais na definição das políticas de juventude;
- O conceito principal do texto para consulta consiste em cultivar nos jovens um desenvolvimento integral, sendo coerente com a posição do governo da RAEM

quanto aos trabalhos relativos aos assuntos da juventude. Paralelamente, esta posição encontra-se expressa em várias Linhas de Acção Governativa, não correspondendo a nenhuma intenção de instrumentalização dos jovens;

- Tendo como referência as experiências de diferentes países e regiões, é conveniente que a Política de Juventude adopte um modelo macroscópico e programático na sua elaboração.

Orientações dos trabalhos posteriores

- Reforçar a descrição da política, destacar a acção conjunta com os jovens, de forma a dominarem os conceitos políticos, conjugando amplamente os diversos esforços sociais;
- Integrar as três páginas electrónicas dedicadas aos “Indicadores sobre a Juventude em Macau”, “Rede de Estudos sobre a Juventude em Macau” e “Desenvolvimento Integral dos Jovens de Macau”, para o público poder entender de forma mais clara e conveniente as informações relativas aos assuntos da juventude;
- Publicar oportunamente os projectos específicos a realizar no âmbito da Política;
- O texto da Política será alvo de melhorias.

3.2. Definição de juventude

Respostas principais

- Tendo em vista a definição de juventude, foi realizada em 2003, por académicos bem conhecidos de Macau, Wong Hon Keong e Cheng Seong Kit, a “Investigação do Sistema dos Indicadores dos Jovens de Macau”. Eles efectuaram uma abundante recolha de informações e debateram a veracidade das mesmas, de forma aprofundada, com outros académicos, especialistas e trabalhadores envolvidos no apoio à juventude, tendo publicado os resultados num livro intitulado “Investigação do Sistema dos Indicadores dos Jovens de Macau”, no qual explicaram detalhadamente, num dos capítulos, com mais de 2 800 palavras, as justificações e fundamentos para a definição do intervalo entre os 13 e os 29 anos de idade como a faixa etária considerada como juventude de Macau. Os factores principais de consideração naquela altura foram os seguintes: 1. o acompanhamento da questão da delinquência juvenil; 2. a faixa etária não deveria ser muito ampla; 3. teve-se em consideração a integridade do grupo de alunos do ensino secundário geral; 4. teve-se em conta a concordância dos métodos e áreas da estatística. No processo de elaboração do texto, além da referência ao resultado da investigação dos dois académicos, referem-se também as políticas de juventude, dos últimos anos, conduzidas por diversos países e regiões do mundo, tendo-se concluído que correspondem basicamente, ainda, à situação real e actual de Macau;
- Em referência às respectivas informações das Nações Unidas e da China Continental: o “Programa de Acção Mundial para a Juventude até ao ano 2000 e anos subsequentes”, adoptado pela 50.^a Assembleia Geral das Nações Unidas, e o Fundo de População das Nações Unidas, define população jovem como tendo idades entre os 14 e os 24 anos; a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura define população jovem como tendo idades entre os 14 e os 34 anos; a Organização Mundial de Saúde define a população jovem como tendo idades entre os 14 e os 44 anos. O Departamento Nacional de Estatística da China define a população jovem como tendo idades entre os 15 e os 34 anos (no recenseamento); a Liga da Juventude Comunista da China define os membros em idade jovem como tendo 14 a 28 anos de idade (“estatuto da

Liga”); a Federação de Juventude define a população jovem como tendo idades entre os 18 e os 40 anos (“estatuto da Federação de Juventude”);

- Tomam-se como referência as experiências de diversos países e regiões, quando é necessário fornecer medidas específicas para as necessidades de desenvolvimento dos jovens, em fases diferentes, classificando-os principalmente segundo as suas idades e identidades sociais. As concepções de “jovens na escola” e de “jovens na comunidade” já foram referidas no texto para consulta, e muitos conteúdos demonstram as medidas políticas para os jovens na escola e na comunidade.

Orientações dos trabalhos posteriores

- Com base no atributo de identidade social dos jovens, estudar os diferentes atributos que melhor correspondem às necessidades de desenvolvimento dos jovens de Macau, criando uma definição e descrição mais claras para esses atributos;
- Efectuar uma organização mais específica na implementação dos vários tipos de trabalhos no futuro.

3.3. Perspectivas, direcção e objectivos

Respostas principais

- No ponto 4.2 “Promoção do desenvolvimento integral” do texto para consulta, já se encontra referida a criação de conhecimento e competência nos jovens, particularmente no que respeita à sua visão global, o pensamento independente e as capacidades de investigação;
- Está expressa, no ponto 6.1 “Mecanismo de implementação” do texto para consulta, a introdução da “Política de Juventude” de forma gradual nas Linhas de Acção Governativa anuais, para a sua execução ordenada;
- No ponto 3.2.4. do texto para consulta sobre a orientação da política da “Promoção da mobilidade social”, está referido a disponibilização de educação e actividades diversificadas, do estímulo ao estudo de aperfeiçoamento contínuo e o alargamento dos caminhos para o desenvolvimento diversificado, do fornecimento de informações completas, e da criação de mais oportunidades para o desenvolvimento das vantagens, potencialidades e capacidades de exploração por parte dos jovens;
- No ponto 4.1.1 “Promoção da igualdade de oportunidades” do texto para consulta, já está indicado que os jovens desfavorecidos ou com necessidades especiais têm a garantia de igualdade de oportunidades para o seu desenvolvimento, particularmente na educação, emprego, formação, participação social, estudo contínuo e actividades extracurriculares;
- No ponto 3.2.3 “Criação de uma atmosfera afectuosa” do texto para consulta, está previsto, através da aplicação de medidas adequadas, inculcar valores como cuidar dos outros, dos grupos desfavorecidos, da sociedade e do ambiente natural, e criar conjuntamente uma atmosfera afectuosa de respeito, tolerância, aceitação e igualdade, promovendo assim a integração social;
- Na definição de juventude e nas perspectivas da política do texto para consulta, está claramente indicado que o objecto da política são os jovens. Paralelamente, as associações juvenis, as instituições educativas e as instituições civis de serviços sociais são componentes importantes da promoção dos trabalhos juvenis.

Orientações dos trabalhos posteriores

- Integrar um pensamento crítico e independente nas perspectivas da Política;
- Acrescentar conteúdos sobre o pensamento crítico e independente nas respectivas medidas.

3.4. Mecanismo de implementação e revisão

Respostas principais

- Já está referido no ponto 6.1 “Mecanismo de implementação”, do texto para consulta que, através de uma articulação e o apoio mútuos entre a DSEJ, o Conselho de Juventude e outras entidades públicas competentes, instituições educativas, associações juvenis e instituições civis de serviços sociais, estimula-se o desenvolvimento do papel e das funções de promoção, de apoio e de consulta, implementando-se em conjunto a “Política de Juventude”;
- No ponto 6.2.1 “Consulta e supervisão regulares” do texto para consulta, refere-se o dever da DSEJ de entregar um relatório sobre a implementação da “Política de Juventude” na reunião do Conselho de Juventude, convidando para isso os representantes das entidades envolvidas na “Política de Juventude” para participarem na reunião, fornecerem informações relativas ao tema anual e partilharem os resultados do trabalho desenvolvido;
- De acordo com os Regulamentos Administrativos n.ºs 12/2002 e 6/2012, o Conselho de Juventude é um órgão de consulta de apoio ao secretário que exerce competências na área da juventude, e tem como finalidade prestar-lhe apoio na formulação da política de juventude e na avaliação da sua execução. O presidente do Conselho é o secretário que tutela a área da juventude, o vice-presidente é o director dos Serviços de Educação e Juventude, e os vogais do Conselho são individualidades oriundas dos departamentos públicos, tais como o presidente do Instituto de Acção Social ou um seu representante, o presidente do Instituto do Desporto ou um seu representante, o director dos Serviços para os Assuntos Laborais ou um seu representante, o director dos Serviços de Assuntos de Justiça ou um seu representante, o coordenador do Gabinete Coordenador de Segurança ou um seu representante e o coordenador do Gabinete de Apoio ao Ensino Superior ou um seu representante. Os vogais do Conselho incluem também vários representantes dos jovens, de associações juvenis e de instituições civis;
- No ponto 6.2.2 “Investigação e revisão”, do texto para consulta, refere-se que a DSEJ encarregou instituições académicas especializadas de reverem a situação da implementação da “Política de Juventude”. Ao mesmo tempo, articularam-se os dados dos “Indicadores sobre a Juventude de Macau” com a “Política de

Juventude”, constituindo uma base de referência para a implementação eficaz e a optimização contínua dessa mesma Política de Juventude.

Orientações dos trabalhos posteriores

- Reforçar a coordenação e a conjugação da implementação da política no mecanismo do Conselho de Juventude;
- Nos trabalhos de implementação da política, deve-se actuar na criação de um ambiente e de condições favoráveis para a participação dos jovens nesses trabalhos, e criar mais oportunidades para a decisão conjunta com os jovens;
- Efectuar uma descrição mais clara no texto da Política.

3.5. Medidas fundamentais

3.5.1. Investimento nos recursos

Respostas principais

- A DSEJ, no financiamento aos jovens e às associações juvenis, tem exercido um mecanismo rigoroso para garantir a utilização legal e razoável do erário público, incluindo: 1. estabelecer o estatuto e definir claramente as atribuições do pessoal de avaliação; 2. apreciar rigorosamente cada item do requerimento de financiamento em conformidade com os critérios de apreciação; 3. fiscalizar a execução do subsídio de financiamento, exigindo o uso exclusivo do financiamento para o fim a que se destina; 4. corrigir os desvios durante o processo de execução do financiamento;
- Na cultivação do desenvolvimento integral dos jovens, a DSEJ vem implementando um mecanismo justo, imparcial e aberto, quer com as associações juvenis, quer com os jovens individualmente, investindo os recursos adequados conforme as suas necessidades reais, de modo a formar mais jovens talentos diversificados;
- No ponto 5.1 “Medidas fundamentais” do texto para consulta, está referida a concessão de recursos para a optimização de diversas instalações dedicadas às actividades dos jovens, fornecendo aos grupos de jovens um serviço mais específico e a organização de um horário mais flexível, em correspondência com suas necessidades.

Orientações dos trabalhos posteriores

- Melhorar-se-á a gestão do financiamento, bem como a organização das acções de formação sobre o sistema contabilístico e a gestão financeira das instituições sem fins lucrativos destinadas às associações juvenis que requerem financiamento, para que estas instituições subsidiadas tenham um melhor e mais cauteloso aproveitamento dos meios sociais disponíveis;
- Regular-se-á, ainda mais, o processo de financiamento, os critérios para aprovação, os princípios de financiamento, bem como, a uniformização dos custos financeiros e as exigências e conteúdos dos relatórios finais das

actividades;

- Reforçar-se-á o conhecimento das normas que as associações juvenis devem respeitar, na realização de actividades subsidiadas e cooperar-se-á com os serviços competentes na organização de actividades relacionadas com os crimes de corrupção no sector privado, promovendo a criação de uma cultura de honestidade e integridade;
- Intensificar-se-á a inspecção, às associações ou itens a requerer pela primeira vez, enviando pessoal para efectuar uma inspecção *in loco* e registar as informações recolhidas, e para as actividades com experiência de realização e com melhor eficácia de execução, a inspecção *in loco* será realizada de forma irregular e aleatória;
- Organizar-se-ão sessões de intercâmbio sobre a eficiência das actividades, que através do intercâmbio sobre a eficácia e partilha de experiências sobre a gestão financeira de diferentes associações, aumentará a eficiência do financiamento;
- O texto da Política será alvo de melhorias.

3.5.2. Educação moral

Respostas principais

- O reforço da educação moral e cívica é indispensável, quer no aspecto do desenvolvimento dos alunos, quer no aspecto do progresso social. Portanto, a promoção da educação moral e cívica, o aumento das qualidades morais e das qualidades necessárias para ser um cidadão, incluindo permitir aos alunos conhecer a história e a cultura do país, criando neles um sentimento de pertença, são os métodos comuns desenvolvidos pelos países e regiões em todo o mundo;
- Ao longo dos anos, a organização curricular dos níveis do ensino infantil, primário e secundário tem incluído a área da educação moral e cívica, podendo as escolas criar uma disciplina de “educação moral e cívica” de acordo com o seu próprio conceito educativo, podendo também estabelecer uma disciplina de religião ou de ética. Existem normas relevantes nos Decretos-Lei n.ºs 38/94/M, 39/94/M e 46/97/M em vigor;
- Há um consenso entre todos os sectores de Macau sobre o reforço da educação moral e cívica. A DSEJ tem prestado atenção à revisão e ao melhoramento contínuo da educação moral e cívica. Em 2009, encarregou a Faculdade de

Ciências da Educação da Universidade de Macau de realizar uma avaliação específica. O resultado da avaliação confirmou a necessidade do desenvolvimento da educação moral e cívica, sugerindo que o seu conteúdo curricular deve ter em conta as duas áreas de “moralidade” e “educação cívica”, para acompanhar plenamente o desenvolvimento dos alunos no conhecimento, no comportamento e nos afectos;

- Já foi referido no ponto 5.2 “Importância para a educação moral” do texto para consulta, o estímulo da educação familiar para “servir de exemplo”, o estabelecimento nos jovens, dos valores da família, como uma referência positiva de “Ser Homem, Ser Capaz de Fazer Tarefas e Ser Cidadão”;
- Apresentaram-se no ponto 5.10 “Prevenção dos comportamentos desviantes e infracções” do texto para consulta, medidas específicas contra a influência do jogo nos jovens. Entretanto, o governo da RAEM fiscalizará continuamente e ajustará o ritmo de desenvolvimento da indústria do jogo, incentivando as empresas a assumirem a responsabilidade social de um jogo responsável, apreciará a execução das instruções para um jogo responsável, evitará o jogo patológico e problemático, e tratará com eficácia o assunto sobre o afastamento das salas de jogo da comunidade;
- Relativamente à sugestão sobre a criação do “Fundo de Crescimento de Personalidade da Juventude”, esta é mais recente. Por não haver debate suficiente na sociedade sobre esta matéria, considerou-se proceder à sua apreciação num momento mais adequado.

Orientações dos trabalhos posteriores

- No futuro, realizar-se-á gradualmente uma análise detalhada sobre as sugestões, e estudar-se-ão as suas possibilidades de transformação para os trabalhos específicos;
- Insistir-se-á continuamente no desenvolvimento dos trabalhos de acordo com as seguintes orientações: 1. Tendo como objectivo principal a elevação das qualidades e a promoção do crescimento saudável dos jovens, respeitar-se-ão e preservar-se-ão os diversos valores; 2. Ter-se-ão em conta as qualidades pessoais morais e cívicas, prestando atenção aos direitos civis e à responsabilidade social, cultivar-se-á o sentimento para com o país e a nação, desenvolvendo o espírito

crítico e o pensamento independente dos jovens; 3. Haverá uma adaptação às necessidades do desenvolvimento da globalização, permitindo aos jovens conhecer a escola, a família, a comunidade e Macau, bem como o país e o mundo, cultivando neles uma visão global; 4. Integrar-se-á uma visão do mundo, os valores da vida, a educação para a vida, a educação sexual, a capacidade de enfrentar as adversidades, a participação social e o planeamento de carreira, na educação moral e cívica.

3.5.3. Competitividade

Respostas principais

- Já estão referidas no ponto 5.3 “Elevação da competitividade” do texto para consulta, cinco direcções de trabalho: 1. Iniciar um projecto-piloto que permita experimentar diferentes aspectos da vida quotidiana; 2. Estimular intercâmbios de práticas para uma articulação com o desenvolvimento da diversificação adequada das indústrias; 3. Desenvolver uma formação específica para melhorar a capacidade de liderança; 4. Promover um intercâmbio cultural e artístico para estimular o pensamento criativo; 5. Apoiar várias actividades favoráveis a um alargamento da visão e da perspectiva do mundo;
- Quanto à sugestão de incentivar o empreendedorismo juvenil, o governo da RAEM já apresentou, nas Linhas de Acção Governativa para o ano 2013, a criação dum programa de empréstimos sem juros para apoiar exclusivamente os jovens empreendedores através do “Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização”, no sentido de apoiar financeiramente os jovens empreendedores locais com intenção de criar um negócio, mas que não possuem recursos suficientes. O limite máximo do financiamento é de 300 mil patacas, com um prazo máximo de reembolso de 8 anos;
- A administração cultiva o desenvolvimento integral dos jovens, através de um mecanismo justo, imparcial e aberto, quer em relação aos membros das associações juvenis, quer em relação aos jovens individualmente, dando um apoio razoável de acordo com as suas necessidades reais, a fim de cultivar os mais diversos talentos, incluindo os relativos à capacidade de liderança;
- No ponto 4.1.1 “Promoção da igualdade de oportunidades” do texto para consulta, apresenta-se uma garantia para os jovens desfavorecidos ou com

necessidades especiais, para assegurar a igualdade de oportunidades no seu desenvolvimento, particularmente no que respeita ao acesso à educação, ao emprego, formação, participação social, estudo contínuo e actividades extracurriculares.

Orientações dos trabalhos posteriores

- Reforçar a integração e divulgação de mensagens, intensificar a partilha com os jovens das medidas políticas sobre as futuras tendências de desenvolvimento da sociedade, economia e cultura, entre outros, auxiliando na preparação dos jovens, o mais cedo possível, de forma a poderem responder a futuros desafios.
- Acrescentar medidas relacionadas com o apoio aos jovens empreendedores, incluindo acções de formação sobre a respectiva legislação, as partilhas de experiências, o intercâmbio sobre *marketing* de vendas e avaliação de riscos, etc.;
- O texto da Política será alvo de melhorias.

3.5.4. Associativismo e trabalho voluntário

Respostas principais

- No ponto 5.4 “Promoção do associativismo e do trabalho voluntário” do texto para consulta, já está definido o rumo de promoção do serviço voluntário juvenil. Para os jovens na escola, destaca-se a generalização e o domínio dos conceitos básicos; para os jovens da comunidade, salienta-se a formação específica profissional, estimulando os voluntários juvenis a desenvolver activamente várias formas e espaços que lhes permitam concretizar os serviços voluntários, alargando progressivamente as oportunidades de intercâmbio internacional;
- Apresentaram-se, no ponto 3.2.3 “Criação de uma atmosfera afectuosa” do texto para consulta, as respectivas medidas relativas à integração social, e as formas de atingir esse objectivo, através da promoção do associativismo e do trabalho voluntário como pontos de intervenção. Espera-se que os trabalhadores voluntários atinjam um desenvolvimento integral praticando comportamentos altruístas.

Orientações dos trabalhos posteriores

- O governo da RAEM já definiu, entretanto, a promoção do trabalho voluntário num futuro próximo, como um dos pontos principais das Linhas de Acção Governativa no âmbito dos assuntos de juventude, e aprofundará continuamente os respectivos trabalhos;
- O texto da Política será alvo de melhorias.

3.5.5. Caminho de participação social

Respostas principais

- No ponto 5.5 “Incremento do número de vias de participação social” do texto para consulta, está previsto disponibilizar mais meios, favoráveis à participação dos jovens na sociedade, fornecendo oportunidades de comunicação directa com os chefes dos respectivos departamentos, bem como, a expansão gradual do nível de participação dos jovens nos assuntos sociais, aumentando assim a sua iniciativa na área social;
- Igualmente referida, no ponto 5.5 “Incremento do número de vias de participação social” do texto para consulta, foi a ampliação dos serviços de informação para a juventude, facultando as informações necessárias que ajudem ao desenvolvimento dos jovens e à participação social.

Orientações dos trabalhos posteriores

- No futuro, realizar-se-á uma análise detalhada sobre as sugestões e estudar-se-ão as suas possibilidades de transformação em trabalhos específicos;
- Reforçar-se-á a promoção e a divulgação das mensagens, para que os jovens possam dominar plenamente os meios e as oportunidades de participação nos assuntos sociais;
- O texto da Política será alvo de melhorias.

3.5.6. Igualdade na integração social

Respostas principais

- Já foi referido no ponto 5.6 “Promoção da igualdade e da integração social” do

texto para consulta, o reforço do mecanismo de comunicação colaborativa entre os departamentos, procedendo-se conjuntamente à promoção e à educação da comunidade, dando a conhecer que devem ser dadas aos jovens oportunidades de aceitação e de tolerância, de não serem rotulados negativamente e de contribuir para a sociedade;

- Incluída também no ponto 5.6 “Promoção da igualdade e da integração social” do texto para consulta, está a ideia de apoiar os grupos de jovens com necessidades de recursos, de informações e de serviços relativos à educação, ao emprego e à aprendizagem contínua, auxiliando-os na obtenção de recursos e meios, procurando melhorar a sua situação.

Orientações dos trabalhos posteriores

- No futuro, realizar-se-á uma análise detalhada sobre as sugestões e estudar-se-ão as suas possibilidades de transformação em trabalhos específicos;
- Reforçar-se-á a promoção, para que o público possa dominar plenamente a concepção e as informações sobre a igualdade na integração;
- O texto da Política será alvo de melhorias.

3.5.7. Vida saudável e verde

Respostas principais

- Já foi referida no ponto 5.7 “Incentivar uma vida saudável e verde” do texto para consulta, a promoção da integração entre o homem e a natureza como um pré-requisito, por um lado, para reforçar a promoção de actividades ao ar livre, e por outro, aproveitar os recursos naturais como condição importante para a organização das várias actividades;
- Apresentou-se também, no ponto 5.7 “Incentivar uma vida saudável e verde” do texto para consulta, o reforço da consciência de protecção ambiental e o cultivo gradual do hábito de participação na protecção ambiental por parte dos jovens. Pretende-se criar um conceito de desenvolvimento verde e de baixo teor de carbono, que se concentre na economia energética e na redução da emissão de poluentes, propondo uma vida verde e simples, construindo conjuntamente uma sociedade verde de economia de recursos e com um ambiente agradável;
- Propõe-se, no ponto 5.1 “Importância do investimento nos recursos” do texto

para consulta, a articulação com o desenvolvimento da sociedade e a concessão de recursos na optimização das diversas instalações para as actividades dos jovens.

Orientações dos trabalhos posteriores

- No futuro, realizar-se-á uma análise detalhada sobre as sugestões e estudar-se-ão as suas possibilidades de concretização em trabalhos específicos;
- Reforçar-se-á a promoção, aprofundando os trabalhos e os planos existentes.

3.5.8. Actividades extracurriculares diversificadas

Respostas principais

- Já está referida, no ponto 5.3 “Elevação da competitividade” do texto para consulta, o incentivo à criação de uma qualificação cultural e artística, estimulando o pensamento criativo, e a realização, no Território, de vários tipos de actividades de intercâmbio cultural e artístico através de diferentes formas de apoio;
- Reuniram-se informações de cerca de 200 espaços de lazer e de entretenimento subordinados a oito entidades públicas, estimulando nos jovens o aproveitamento dos espaços para realizarem várias actividades saudáveis de lazer, ao ar livre, criando um modo de vida saudável;
- Aperfeiçoaram-se continuamente as instalações funcionais dos centros juvenis, satisfazendo as necessidades dos jovens no desenvolvimento cultural e artístico e nas actividades extracurriculares.

Orientações dos trabalhos posteriores

- No futuro, realizar-se-á uma análise detalhada sobre as sugestões e estudar-se-ão as suas possibilidades de concretização em trabalhos específicos;
- Reforçar-se-á a promoção, aprofundando os trabalhos e os planos existentes.
- O texto da Política será alvo de melhorias.

3.5.9. Serviços de aconselhamento de carreira

Respostas principais

- Quanto à sugestão de incentivar o empreendedorismo dos jovens, o governo da RAEM já apresentou nas Linhas de Acção Governativa para o ano de 2013 a criação dum programa de empréstimos sem juros para apoiar financeiramente, em exclusivo, os jovens empreendedores locais que tencionem criar um negócio, mas que não possuem recursos, através do “Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização”. O limite máximo do financiamento é de 300 mil patacas, com um prazo máximo de reembolso de 8 anos;
- O governo da RAEM preocupa-se com o prosseguimento de estudos e com a escolha de carreira pelos jovens, assegurando-lhes um aconselhamento de carreira bem-sucedido, através do autoconhecimento, conhecimentos das profissões, do mundo do trabalho, dos caminhos de prosseguimento de estudos, do ambiente, das técnicas de trabalho e o seu próprio estilo de vida. A este propósito, em cada nível de ensino, realizam-se actividades temáticas, permitindo aos alunos, desde o ensino infantil ao secundário complementar, obterem uma educação para o planeamento de vida, adequada às suas necessidades de desenvolvimento;
- Para uma diversificação do serviço de aconselhamento do planeamento de carreira, a DSEJ encarregou, em 2009, a Universidade Chinesa de Hong Kong de desenvolver o estudo sobre “Instrumentos para avaliação da potencialidade profissional” de Macau, servindo de referência para a auto-exploração dos alunos ao realizarem o seu planeamento de carreira, permitindo-lhes conhecer os seus gostos profissionais, o seu carácter, a sua inteligência emocional, o grau de maturidade na escolha profissional e a potencialidade de empreendedorismo. O referido instrumento já se encontra a ser utilizado nas escolas e nos centros de juventude da DSEJ, em benefício dos alunos. No futuro, será reforçada a sua divulgação.

Orientações dos trabalhos posteriores

- No futuro, realizar-se-á uma análise detalhada sobre as sugestões e estudar-se-ão as suas possibilidades de concretização em trabalhos específicos;
- Reforçar-se-á a promoção, aprofundando os trabalhos e planos existentes.

- Reforçar-se-á a comunicação com os respectivos departamentos, promovendo continuamente os trabalhos relativos ao sistema de certificação profissional;
- O texto da Política será alvo de melhorias.

3.5.10. Comportamentos desviantes e infracções

Respostas principais

- No ponto 5.10 “Prevenção dos comportamentos desviantes e infracções” do texto para consulta, está referido o aproveitamento da educação moral e o reforço da imunidade dos jovens ao jogo. Na escola, é definida uma orientação de afastamento do jogo entre os alunos e os menores de Macau. Na comunidade, articula-se com as respectivas instituições na promoção do jogo responsável;
- Apresenta-se também, no ponto 5.10 “Prevenção dos comportamentos desviantes e infracções” do texto para consulta, o reforço da capacidade de reconhecimento e identificação dos jovens em relação ao jogo, às drogas, ao abuso de medicamentos e às armadilhas virtuais da *Internet*, no sentido de prevenir comportamentos desviantes e infracções causadas por esses factores;
- No “Programa de Acção Mundial para a Juventude até ao ano 2000 e anos subsequentes”, adoptado pela 50.^a Assembleia Geral das Nações Unidas, o “abuso da droga” e a “delinquência juvenil” são referidas como duas áreas de trabalho nesse programa. Consultando as políticas de juventude de vários países e regiões, as mesmas têm basicamente os seguintes objectivos: 1. Reduzir o número de jovens “sem capacidade de defesa”; 2. Melhorar o sistema de apoio aos jovens; 3. Apoiar o seu desenvolvimento no reconhecimento do homem e da sociedade; 4. Auxiliar os jovens para que desfrutem de um início mais sólido.

Orientações dos trabalhos posteriores

- No futuro, realizar-se-á uma análise detalhada sobre as sugestões e estudar-se-ão as suas possibilidades de concretização em trabalhos específicos;
- Reforçar-se-á a promoção, aprofundando os trabalhos e planos existentes.
- O texto da Política será alvo de melhorias.